



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JOSELMA MARIA BATISTA DA SILVA

PROFISSÃO DOCENTE: ENTRE SENTIDOS DE *PRESTÍGIO* E *DESPRESTÍGIO*

CARUARU

2023

JOSELMA MARIA BATISTA DA SILVA

PROFISSÃO DOCENTE: ENTRE SENTIDOS DE *PRESTÍGIO* E *DESPRESTÍGIO*

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Betânia do Nascimento Santiago

CARUARU

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Joselma Maria Batista da.

Profissão docente: Entre sentidos de prestígio e desprestígio / Joselma Maria Batista da Silva. - Caruaru, 2023.

51

Orientador(a): Maria Betânia do Nascimento Santiago

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Pedagogia - Licenciatura, 2023.

1. Prestígio e desprestígio social. 2. Profissão docente. 3. Desvalorização da docência. I. Santiago, Maria Betânia do Nascimento. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

JOSELMA MARIA BATISTA DA SILVA

Profissão Docente: Entre sentidos de prestígio e desprestígio

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do
Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco –
UFPE, como requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 28/09/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Betânia do Nascimento Santiago
Núcleo de Formação Docente/CAA - UFPE
(Orientadora)

Prof. Dr. Nélio Vieira de Melo
Núcleo de Formação Docente/CAA - UFPE
(Examinador interno)

Profa. Dra. na Maria de Barros
Núcleo de Formação Docente/CAA - UFPE
(Examinadora interna)

Dedico este trabalho à Deus, que me fortaleceu em toda a jornada. Ao meu esposo Edinaldo, sem dúvidas minha base, sempre presente em todos os momentos. Às minhas filhas Giovanna e Heloísa, é por elas que eu enfrento desafios. Aos meus pais Sebastião (in memoriam) e Célia, que desde cedo me ensinaram a importância de estudar. À minha amiga Lindaci, que precisou abandonar a universidade, mas foi um exemplo de fé e coragem para mim.

AGRADECIMENTOS

Aos professores que durante toda a jornada acadêmica compartilharam o seu conhecimento. Às minhas amigas que tornaram a jornada mais leve, Márcia, Poliana, Jacqueline, Millena, Geicyelly, Larissa e Helluany. E em especial à minha orientadora a Profa. Dra. Maria Betânia do Nascimento Santiago, por extrair de mim mais do que eu acreditava que poderia.

RESUMO

A educação é de fundamental importância para a formação do indivíduo, sendo a principal via de transformação da sociedade, da cultura e de progresso socioeconômico de um país. Nesse cenário, o professor se apresenta historicamente como protagonista, mas é fato que a profissão docente vem sofrendo com o constante desprestígio social e financeiro da sua profissão, atuando em péssimas condições e longas jornadas de trabalho. Soma-se a isso, a cobrança pelos resultados que recai sobre o docente, e a responsabilidade pela maior parte dos problemas do sistema educacional é atribuída ao mesmo. Assim, a presente pesquisa aborda questões relacionadas ao prestígio e desprestígio da profissão docente a partir da seguinte problematização: Como a história da educação pode elucidar questões relacionadas aos sentidos de prestígio e desprestígio da profissão docente? Dessa forma, o estudo objetiva caracterizar a contribuição da História da Educação na compreensão dos sentidos de *prestígio* e *desprestígio* associados à profissão docente, percorrendo a trajetória dessa experiência da antiguidade greco-romana ao mundo contemporâneo. A fim de ampliar nosso conhecimento em relação a esses sentidos, assumimos os seguintes objetivos específicos: conhecer a gênese da profissão docente, buscando pela análise das experiências da antiguidade greco-romana ao mundo contemporâneo compreender os sentidos atribuídos à profissão: descrever a trajetória da docência no Brasil, considerando as transformações na instituição escolar no mundo contemporâneo; e analisar o processo de transformação do status social da docência relacionados aos sentidos de *prestígio* e *desprestígio* da profissão na contemporaneidade. Para tal finalidade, optou-se por pesquisa qualitativa, explicativa e exploratória, a partir de revisão bibliográfica pela abordagem hermenêutica-dialética. Através da bibliografia analisada constatou-se que, o prestígio e o desprestígio da profissão docente se apresentam como um problema social e histórico, que trazem questões complexas e multifacetadas que são influenciadas por uma série de fatores, incluindo contexto social, políticas educacionais, percepção pública e condições de trabalho dos professores.

Palavras-chave: Prestígio e desprestígio social; Profissão docente; Desvalorização da docência.

ABSTRACT

Education is of fundamental importance for the formation of the individual, being the main way of transforming society, culture and socioeconomic progress of a country. In this scenario, the teacher historically presents itself as the protagonist, but it is a fact that the teaching profession has suffered from the constant social and financial discredit of its profession, working in terrible conditions and long working hours. Added to this, the demand for results falls on the teacher, and the responsibility for most of the problems in the educational system is attributed to him. Thus, the present research addresses issues related to the prestige and discredit of the teaching profession based on the following problematization: How can the history of education elucidate issues related to the meanings of prestige and discredit of the teaching profession? In this way, the study aims to characterize the contribution of the History of Education in understanding the meanings of prestige and discredit associated with the teaching profession, covering the trajectory of this experience from Greco-Roman antiquity to the contemporary world. In order to expand our knowledge in relation to these meanings, we assumed the following specific objectives: to understand the genesis of the teaching profession, seeking through the analysis of experiences from Greco-Roman antiquity to the contemporary world, to understand the meanings attributed to the profession: to describe the trajectory of teaching in Brazil, considering the transformations in the school institution in the contemporary world; and analyze the process of transformation of the social status of teaching related to the meanings of prestige and discredit of the profession in contemporary times. For this purpose, qualitative, explanatory and exploratory research was chosen, based on a bibliographical review using the hermeneutic-dialectic approach. Through the bibliography analyzed, it was found that the prestige and discredit of the teaching profession present themselves as a social and historical problem, which raises complex and multifaceted issues that are influenced by a series of factors, including social context, educational policies, public perception and working conditions of teachers.

Keywords: Social prestige and discredit; Teaching profession; Devaluation of teaching

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	A GÊNESE DA DOCÊNCIA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: DA ANTIGUIDADE À CONTEMPORANEIDADE.....	15
2.1	A docência na Antiguidade Grega e Romana.....	15
2.2	A docência na Idade Média ocidental.....	19
2.3	A docência na Modernidade, o professor para além da instrução.....	21
2.4	A Feminização do magistério e o desprestígio social da profissão.....	22
3	SOBRE A DOCÊNCIA NO BRASIL: DAS REFORMAS POMBALINAS ÀS REFORMAS CONTEMPORÂNEAS.....	26
3.1	As primeiras reformas educacionais no Brasil.....	26
3.2	A feminização do magistério no Brasil.....	29
3.3	A funcionarização da profissão e os desafios educacionais.....	30
4	PROFISSÃO DOCENTE: ENTRE SENTIDOS DE <i>PRESTÍGIO</i> E <i>DESPRESTÍGIO</i>.....	34
4.1	O prestígio inicial da profissão.....	34
4.2	Profissionalização docente.....	36
4.3	Reformas e autonomia docente.....	40
5	CONSIDERAÇÕES.....	44
	REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

A educação é de fundamental importância para a formação do indivíduo, sendo a principal via de transformação da sociedade, da cultura e de progresso socioeconômico de um país. Nesse cenário, o professor se apresenta historicamente como protagonista, mas é fato que a profissão docente vem sofrendo com o constante desprestígio social e financeiro da sua profissão, atuando em péssimas condições e longas jornadas de trabalho. Soma-se a isso, a cobrança pelos resultados que recai sobre o docente, e a responsabilidade pela maior parte dos problemas do sistema educacional é atribuída ao mesmo.

A desvalorização docente é um problema social, e pode ser associada a questões diversas, sejam elas políticas, sociais e econômicas, que, assim, geram outros problemas, como perda da identidade profissional, salários baixos e precarização do espaço de trabalho. Embora a importância social do docente seja reconhecida, paradoxalmente observa-se a desvalorização e o desprestígio dessa categoria na sociedade. Percebemos, portanto, um problema estrutural que faz com que muitos professores desistam da profissão.

A desvalorização da docência além de ser um problema social é também uma questão histórica. Percebemos ao longo da pesquisa que desde os primórdios a história nos dá referências de que a depender do contexto na qual a docência está inserida, são atribuídos sentidos de prestígio e desprestígio a profissão. Isso porque profissão docente é intrinsecamente influenciada pelo contexto social. Ao percorrer a trajetória da profissão docente, é possível observar que ela passou por importantes transformações em sua composição, suas estratégias coletivas e sua ideia de si mesma. Em algumas épocas e sociedades, os educadores são celebrados como agentes de transformação social, encarregados de moldar o futuro das nações; em outros momentos, a profissão pode ser menosprezada, com desafios como subordinação, perda da autonomia, falta de um currículo adequado, condições de trabalho difíceis e uma carga de responsabilidades que nem sempre é reconhecida.

Para discorrer sobre o tema, foi analisada literatura disponível no Scielo e Google Acadêmico entre os anos de 2015 à 2022, tomando como referência as seguintes categorizações: “prestígio e desprestígio social da profissão docente”. Nessa busca não foram encontrados estudos que se relacionassem ao tema. Já para a categorização “Desvalorização da docência”, foram encontradas dez (10) pesquisas que abordam a questão da valorização ou desvalorização social da profissão docente, relacionados à precariedade das condições de trabalho docente,

analisando; os antecedentes históricos, arcabouço legal e transformações culturais, jornada de trabalho; incentivos para a formação continuada; progressão na carreira e piso salarial.

Estas pesquisas apontam que o descrédito da profissão, traz muitas consequências, abandono em busca por outro trabalho, diminuição da procura por cursos de licenciatura, ou a escolha do curso como última opção. Em muitos casos, são alunos que obtiveram classificação mais baixa no vestibular. A esta afirmação podemos acrescentar que alguns estudos revelam uma progressiva diminuição do número de jovens dispostos a ingressar na carreira do magistério, apontada como uma das principais causas o baixo salário dessa categoria, a exemplo da pesquisa de Brandão (2016), “O interesse de estudantes de pedagogia pela docência”. Embora, muitos reconheçam a importância social do professor, a desvalorização aparece como uma das principais justificativas para a insatisfação com a escolha do curso de licenciatura.

Dentre os estudos selecionados, destacamos três artigos como importantes contribuições para esta pesquisa. O primeiro, de Santos (2015), “Uma reflexão necessária sobre a profissão, a partir dos cinco tipos de desvalorização do professor”, traz uma discussão sobre os cinco tipos fundamentais de desvalorização elencados em tópicos: o econômico, o social (que se relaciona diretamente com prestígio/desprestígio social), o psicológico, o da obsolescência e por fim, o da desqualificação ou da degenerescência, que demonstram, no conjunto, a urgência de políticas governamentais de valorização da docência e do professor. Esse trabalho oferece também dados de pesquisas que apontam que menos de 2% dos estudantes na fase de vestibular escolhem a profissão docente (SANTOS, 2015, p. 350).

O segundo artigo, de Souto (2016), “Egressos da licenciatura em matemática abandonam o magistério: reflexões sobre profissão e condição docente”, apresenta os resultados de um estudo realizado com 89 egressos da licenciatura em matemática da Universidade Federal de São João Del-Rei, Minas Gerais. Através de questionário enviado a 114 professores egressos do curso até julho de 2012, constatou-se que 89, 53% não estão exercendo ou pretende abandonar a profissão. Na investigação, buscou-se identificar e analisar as dificuldades encontradas por esses profissionais no exercício da docência na escola básica e nos casos de abandono do magistério, os motivos que levaram os egressos a essa decisão. Constatou-se que a maior causa de abandono do magistério entre os investigados, está associada ao sentimento de desvalorização profissional e às más condições de trabalho nas escolas.

Por fim, o trabalho de Silva et al. (2019), “Condições de trabalho docente no Brasil: ensaio sobre a desvalorização na educação básica”, apresenta uma discussão sobre as condições de trabalho dos professores da educação básica no Brasil, especificamente tendo como foco de análise a desvalorização salarial da categoria docente, que vem ocorrendo gradativamente nos

últimos anos. A pesquisa fez um levantamento bibliográfico e documental e verificou-se uma defasagem entre o salário dos professores da educação básica no Brasil e a média dos profissionais das outras áreas. Também foi possível inferir que existe uma relação direta entre o salário dos professores e sua valorização na sociedade, gerando efeitos psicossociais positivos para eles, como satisfação, motivação e consequentemente afetando diretamente na qualidade do trabalho executado e na melhoria da educação de forma geral (cf. SILVA et al., 2019).

Os estudos elencados apontam que a desvalorização da docência está relacionada a precarização das condições de trabalho, e que isso contribui para o desprestígio social atribuído a categoria. Tais abordagens da problemática, mesmo relevantes, não contemplam suficientemente elementos históricos do fenômeno ou de que maneira a história da educação pode nos ajudar a descortinar questões fundamentais ao problema referentes aos sentidos de prestígio e desprestígio atribuídos à docência na sociedade, tal como nos propomos neste trabalho.

Assim, compreendemos que falar sobre educação, mais especificamente sobre o professor, é necessário compreender que a profissão docente é construída e desenvolvida socialmente, perpassada por diferentes culturas e contextos que influenciam diretamente os sentidos criados em torno da profissão. Compreendemos que os povos da antiguidade contribuíram para a educação que conhecemos hoje, portanto colocamos como questão central da presente pesquisa o seguinte questionamento: Como a história da educação pode contribuir para elucidar questões relacionadas aos sentidos de *prestígio* e *desprestígio* da profissão docente?

Para abordar essa questão, temos como objetivo geral, caracterizar a contribuição da história da educação na compreensão dos sentidos de *prestígio* e *desprestígio* associados à profissão docente, percorrendo a trajetória dessa experiência da antiguidade greco-romana ao mundo contemporâneo. A fim de ampliar nosso conhecimento em relação a esses sentidos; propomos três objetivos específicos, conhecer a gênese da profissão docente, buscando pela análise das experiências da Antiguidade greco-romana ao mundo contemporâneo compreender os sentidos atribuídos a essa profissão. Descrever a trajetória da docência no Brasil, considerando as transformações na instituição escolar no mundo contemporâneo. Analisar o processo de transformação do status social da docência relacionados aos sentidos de *prestígio* e *desprestígio* da profissão na contemporaneidade.

Conforme assinala Minayo (1994, p.13), as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Desta forma, o objeto de estudo das ciências sociais é histórico e possui consciência histórica; o presente é marcado

pelo passado. Portanto, conhecer a sociedade e as suas construções históricas, nos permite compreender as questões sociais e as suas especificidades. A autora também afirma que “o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante.” A autora ainda afirma que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização variáveis. (MINAYO, 2002, p.20-21)

Dessa forma, a presente pesquisa é do tipo exploratória e explicativa. Exploratória pois esclarece conceitos e ideias e envolve levantamento bibliográfico. Conforme Gil (2008, p.27), as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Ela é explicativa, considerando que, “são aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.” (GIL, 2008, p. 28)

Para isso encontra-se fundamentada por meio de levantamento bibliográfico, cuja finalidade é esclarecer conceitos e ideias, nos proporcionando uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca dos fatos acima citados. Esse tipo de pesquisa é indispensável nos estudos históricos, em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os acontecimentos passados senão com base em dados obtidos a partir desses materiais. Nesse sentido, o autor aponta que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2008, p.50)

Como o objetivo é compreender profundamente o tema proposto a ser investigado, optou-se pela abordagem hermenêutica-dialética, que segundo Minayo (2002, p.96) possibilitam uma reflexão na condução do processo ao mesmo tempo compreensivo e crítico de análise da realidade social. No caso em questão tratamos dos sentidos de prestígio e desprestígio atribuídos a profissão docente, dentro de dado contexto histórico.

Apontando o significado específico da hermenêutica, Costa (2007, p.84) considera que ela abre um enorme leque de possibilidades para a compreensão dos problemas, limites e perspectivas das ciências humanas em geral. De acordo com Minayo (2002, p.84) a hermenêutica nos conduz a compreender os textos, mediada pela linguagem, de maneira que

compreender é o fato de que o sentido do peculiar é sempre resultante do contexto e, em última análise, do todo.

No entanto, na perspectiva hermenêutica, nem sempre a linguagem é considerada transparente em si mesma, tanto é possível chegar a um entendimento, como a um não entendimento. E é nesse momento que a dialética nos auxilia, proporcionando bases para ler as entrelinhas. Segundo Minayo (2002, p.92) no marxismo, a dialética se transformou numa maneira dinâmica de interpretar o mundo, os acontecimentos históricos e econômicos, assim como as próprias ideais. Portanto, esse método nos permite fazer interpretações, para além da interpretação do autor, formular perguntas, separar e classificar as ideias para melhor analisá-las. Ainda sobre a hermenêutica, Minayo (2002), aponta que:

enquanto a hermenêutica busca as bases do consenso e da compreensão na tradição e na linguagem, o método dialético introduz na compreensão da realidade o princípio do conflito e da contradição como algo permanente e que se explica na transformação. (MINAYO, 2002, p. 101)

A bibliografia analisada na presente pesquisa é constituída de textos que nos permitem fazer uma leitura da gênese e transformações sociais da figura docente em diferentes contextos históricos, bem como entender alguns problemas sociais encontrados nos períodos estudados. Destacamos as importantes contribuições de Manacorda (1992), que nos permite ter um panorama histórico e social da profissão docente, sobretudo analisamos com maior ênfase, as civilizações Grega e Romana na antiguidade, com destaque para a gênese da profissão. Outra importante contribuição está em Cambi (1999), que nos oferece uma ampla visão acerca dos processos e modelos educacionais presentes na sociedade em diferentes contextos, nos possibilitando compreender o papel do professor nessas experiências. A abordagem da Modernidade está ancorada nas contribuições de Enguita (2004), que nos fornece um panorama geral acerca da composição social da profissão, destacando a feminização do magistério e a subvalorização da profissão em termos de status e remuneração.

No que tange a educação brasileira, autores como Nóvoa (1989), Ghiraldelli (2015), Romanelli (2003) e Hilsdorf (2011), apontam como as reformas educacionais foram influenciadas pelas transformações políticas e econômicas, e como isso afeta diretamente a atuação e status da profissão docente. No que concerne propriamente aos sentidos de prestígio e desprestígio atribuídos a profissão, para além da literatura já supracitada que também nos fornece base para interpretações, destacamos ainda Enguita (1991) que aborda o sentimento de vocação atribuído a profissão; Veiga (2008) discorre sobre a perda de identidade profissional, Libâneo (2000) faz considerações a respeito da desvalorização ou desprofissionalização e por

fim Giroux (1997) que coloca a importância do professor no centro das diversas reformas e como as mesmas questionam a capacidade dos professores como intelectuais transformadores ignorando o seu papel na formação de cidadãos ativos e críticos.

As leituras realizadas a fim de responder as questões propostas na presente pesquisa, resultaram a elaboração seguinte, que está estruturada em três partes correspondentes aos objetivos desse estudo, intituladas: “A gênese da docência e as Transformações sociais: Da Antiguidade à Contemporaneidade”, na qual apresentamos a gênese da profissão docente, buscando pela análise das experiências da antiguidade greco-romana ao mundo contemporâneo compreender os sentidos atribuídos a essa profissão; “Breve histórico da docência no Brasil”, em que descrevemos a trajetória da docência no Brasil, considerando as transformações na instituição escolar no mundo contemporâneo e por fim, “Status da profissão na contemporaneidade: entre sentidos de prestígio e desprestígio”, que contém uma análise do processo de transformação do status social da docência relacionados aos sentidos de prestígio e desprestígio da profissão na contemporaneidade.

2 A GÊNESE DA DOCÊNCIA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: DA ANTIGUIDADE À CONTEMPORANEIDADE

Ao falarmos sobre educação, mais especificamente sobre a profissão docente, é necessário compreendermos que a mesma é construída e desenvolvida socialmente, perpassada por diferentes culturas e contextos que influenciam diretamente os sentidos criados em torno da profissão. Conhecer sua gênese e a história dessa experiência nos permite ampliar nosso conhecimento em relação a esses sentidos, e compreender as transformações pelas quais passou a figura do professor ao longo do tempo.

Os povos da antiguidade contribuíram para a educação que conhecemos hoje. As primeiras civilizações apresentavam um processo educativo voltado à solução dos problemas cotidianos, pautado em preceitos morais e comportamentais. Do Egito é que se tem os registros mais antigos sobre aspectos da civilização e da educação, conforme atesta Manacorda (1992):

Os ensinamentos mais antigos remontam ao período arcaico, anterior ao antigo Reino de Mênfis, se é exato que o primeiro destes data da 3ª dinastia (século XXVII a.C.). Eles contêm preceitos morais e comportamentais rigorosamente harmonizados com as estruturas e as conveniências sociais ou, mais diretamente, com o modo de viver próprios das castas dominantes. Estes são sempre em formas de conselhos dirigidos do pai para o filho e do mestre escriba para o discípulo [...] (MANACORDA, 1992, p.11)

Segundo Abrão (2014), quase todas as escolas funcionavam em templos e os sacerdotes eram os únicos que podiam exercer a função de mestre escriba. Podemos então afirmar que as primeiras relações pedagógicas surgem no contexto familiar e religioso e as primeiras figuras a criar o sentido de educador ou professor são pais e sacerdotes, que assumiam esse papel com a finalidade de formar o “homem político”.

2.1 A imagem do educador na Antiguidade Grega e Romana

Na Grécia os educadores aparecem representados nas figuras de homens cultos e respeitados, como filósofos, poetas e matemáticos, estes desempenhavam um papel importante na educação transmitindo conhecimentos e valores essenciais para a formação dos cidadãos gregos. Entre os educadores notáveis da Grécia, podemos citar Homero, o educador de toda a Grécia, Sócrates (470 a 399 a.C.), considerado pai da filosofia ocidental, Platão (428 a 348 a.C.), um dos mais importantes pensadores do período antropológico da filosofia grega e Aristóteles (384 a 322 a.C.). Estes foram filósofos e tutores de jovens líderes e estudantes, os

mesmos contribuíram para o desenvolvimento da filosofia, da política e da ciência na época.

A história, entretanto, revela aspectos curiosos da gênese da docência que nos vem de narrativas das figuras apresentadas por Homero, para além dos filósofos, representantes da *Paidéia* grega, poetas e matemáticos, temos o exemplo de Fênix e Pátroclo, que aparecem na obra *A Ilíada*, como sendo homens que mataram ou tentaram matar alguém e precisaram fugir para achar refúgio em outro lugar, e neste lugar encontraram um caminho para serem educadores.

De modo paradoxal, exatamente estes feitos pouco promissores abrem o caminho para a missão de educador. Afinal, o grupo dos hebreus, que matou 3 mil de seus irmãos por terem cultuado o bezerro de ouro, não foi promovido por Javé a educador do povo, formando assim a carreira dos levitas? Esta é, então, nos mitos antigos, a ideal “prosopopeia” do educador. (MANACORDA, 1992, p.43-44)

Vemos, portanto que, mesmo diante de realizações pouco promissoras e até mesmo negativas, a função de educador surge como possibilidade de recomeçar. A narrativa mitológica, pode ser usada para transmitir lições sobre educação, moral e comportamento, ressaltando a complexidade do papel do educador ao longo da história. Desta forma, em alguns casos a escolha pela docência aparece como uma opção de redenção de homens que fugiram para escapar da punição, e encontraram na educação a oportunidade que precisavam para recomeçar em outro lugar. Em outros casos, a docência aparece como opção para aqueles que estavam impossibilitados de exercer a sua profissão ou empobrecidos, e tinham que optar pelo ensino como meio de subsistência, conforme atesta Manacorda (1992, p.61): “em geral, o ofício de mestre era o ofício de quem caíra em desgraça.”

É na Grécia, que surge o termo “pedagogo”, este ensinava em casa, a educação literária inicial, acompanhava as crianças à escola e exercia a função de mestre. Em geral o pedagogo era um escravo, prisioneiro de guerra ou estrangeiro, conforme cita Manacorda (1992). A figura do pedagogo neste contexto reflete a desigualdade social e desvalorização da profissão, a mesma destinava-se à homens que haviam descido na escala social. Há uma relação desigual e hierárquica, que ressalta a marginalização e a submissão dos pedagogos; os mesmos não tinham autonomia e estavam sujeitos à vontade de seus senhores. Esses relatos nos convidam a refletir sobre como as sociedades historicamente relegaram a certos indivíduos papéis subalternos, evidenciado as desigualdades sociais presentes nas estruturas sociais.

Ainda na Grécia Antiga, encontramos após o século IV, na escola do alfabeto, a figura do *grammatistés*, contratados pelas famílias com maior poder aquisitivo, com a responsabilidade de ensinar a leitura e a escrita, o que é considerado uma importante função

social. Durante esse período é evidenciada também a figura da nutriz, que começa a substituir o nutridor, digo evidenciada, pois na *Odisseia* de Homero temos uma nutriz, Euricléia, que criou e cuidou de Telêmaco, filho de Odisseu. Isso nos leva a entender que a nutriz já existia, porém seu papel não era destacado. Isso nos fornece base também para interpretar a importância atribuída ao papel da mulher no que diz respeito a educação. De modo geral, vemos, portanto, que na Grécia a educação fica a encargo dos pais, nutriz, pedagogo, gramático, citarista e pedotriba ou mestre de ginástica.

Na Grécia há também registros que sinalizam o respeito e autoridade à profissão, criados por meio da sua missão inicial, a de transmitir valores morais e comportamentais. O que era evidenciado através de punições como formas de instrução e disciplina. Esse costume se perpetuou por séculos, conforme atesta Manacorda (1992):

A partir da tenra infância e durante toda a vida os pais educam e admoestam seus meninos. Logo que os meninos começam a entender, nutriz, mãe, pedagogo e o próprio pai fazem de tudo para que ela se torne o quanto mais possível ótima. Perante qualquer coisa que ela faça ou diga, a ensinam mostrando-lhe: este é justo e aquele é injusto, este é bonito e aquele é feio, este é santo e aquele é ímpio, isto se deve fazer e aquilo é proibido; se ela obedece de boa mente, tudo bem, se não obedece, é endireitada com ameaças e pancadas, como se fosse um lenho curvo e retorcido. Em seguida, entregam-na aos mestres, recomendando-lhes que cuidem do bom comportamento da criança mais do que do ensino das letras e da cítara. (MANACORDA, 1992, p. 52-53)

Entretanto, apesar de todo o rigor da fustigação, há também, registros de mestres que eram surrados pelos discípulos, retratado através da comédia de Menandro, citado por Manacorda (1992):

[...] o testemunho mais circunstanciado estava em Menandro (343-291 a. C), cuja comédia perdida, *Báquides*, foi livremente parafraseada pelo comediógrafo romano do século posterior, Plauto. A cena, além de conter dois aspectos de violência educativa – a do mestre ou pedagogo contra o discípulo e a do discípulo contra o pedagogo-mestre [...] (MANACORDA, 1992, p. 60)

Como podemos ver na própria afirmação do autor, o mestre é tratado com violência; há um desrespeito por parte não só dos alunos, como também da própria família. Manacorda dá ênfase a esse fato ao trazer fragmentos da obra de Menandro e cita:

Mas, agora, não tem ainda sete anos e se lhe encostas a mão logo o menino quebra a cabeça do pedagogo com a tabuinha. E se este vai reclamar com o pai, o pai assim diz ao menino: 'Tu és digno de mim já que é capaz de se defender das ofensas. E o pedagogo é repreendido: 'Ei, velho de quatro centavos

Não toques no menino: ele se comportou como um valente'.
 Vai-se o mestre, coberto com uma veste ensebada como uma candeia,
 Para casa, após ouvir a sentença. E como pode nessas condições
 Exercer o mestre a autoridade, se ele primeiro é o castigado? (Bacc.420-448
 apud Manacorda, 1992, p.60-61)

Nesse cenário, a dinâmica de autoridade e violência se inverte, isto sugere que as relações de poder e autoridade na educação, podem ser ambíguas e variar de acordo com o contexto e as interações entre os indivíduos envolvidos. Observa-se que os escravos estrangeiros, prisioneiros de guerra, eram sempre pedagogos em casa, já os mestres de escola eram gregos ou pessoas livres que exerciam o ofício como outro. Podemos então dizer que esse sentido de autoridade e respeito não se atribui a todos os casos, os mestres de escola tinham liberdade para aplicar tais punições, mas os que eram escravos não, e muitas vezes precisavam lidar com a perda da autoridade e sofriam agressões por parte de seus alunos.

Semelhante à Grécia, em Roma, o primeiro educador surge na família, os pais ensinavam aos filhos as letras, os direitos e as leis, este era o responsável pela educação dos meninos, ensinava as tradições e os valores civis, sua principal função era ser guia e exemplo. Neste contexto, a figura feminina ganha destaque na educação, sobretudo a mãe que tinha a missão de cuidar da casa e educar os filhos.

A mulher em Roma era valorizada como *mater familias*, portanto reconhecida como sujeito educativo, sobretudo se viúva, como ocorre com Cornélia, a mãe dos Gracos, como Aurélia, a mãe de Júlio César, que controlam a educação dos filhos, confiando-os a pedagogos e mestres, mas iniciando-os elas mesmas na *virtus* romana. (CAMBI, 1999, p. 106)

Os mestres em Roma, eram os “magistri”, lecionavam muitos assuntos, a língua latina, retórica, matemática, filosofia e outras disciplinas. O “pedagogus” em Roma aparece representado na figura do escravo que ensina na família. Roma sofreu forte influência grega na consolidação de seu modelo educativo, isto, porque a Grécia foi conquistada por Roma no segundo século a.C. Entretanto, embora influenciados pela cultura grega, Manacorda (1992, p. 78) assinala a diferente condição do escravo na família e do liberto que assume uma escola. Citando Sêneca afirma: “era vergonhoso ensinar o que era honroso aprender”. A esse respeito o autor afirma que, o prestígio dos estudos liberais, nem sempre correspondeu um igual prestígio de seus profissionais. (MANACORDA, 1992, p.89)

Nesse sentido o autor afirma que, a história da literatura latina e a leitura de algumas obras de Cícero e de outros autores, revelam que há razões sociais e ideológicas para o desprezo das classes dominantes por esta e por qualquer outra atividade mercenária (cf. MANACORDA, 1992, p. 84). Esses escritos citados pelo autor apontam que havia uma diferenciação de classes.

Os latinos escreviam sobre história, direito, agricultura e, até moral e retórica. A estes eram reservadas profissões consideradas honradas, como medicina, arquitetura e ensino das coisas elevadas. Os gregos escravos eram excluídos de todo direito de cidadania e também do direito de participação política.

Outros fatores que podem ser acrescentados a esta afirmação, referem-se ao uso de punições por parte dos mestres, que faziam com que eles fossem odiados pelos alunos. Além disso, a didática utilizada era enfadonha, seguindo um método excessivamente mecânico, acompanhada de conteúdos distantes da vida diária e dos interesses reais dos jovens e da sociedade (cf. MANACORDA, 1992, p. 93). Este fator incide diretamente nos valores pagos, “como na Grécia, também em Roma esta profissão nem sempre honrada apresentava, de fato, diferenças muito grandes, inclusive quanto às remunerações, de acordo com o grau da escola e com o prestígio individual do mestre” (MANACORDA, 1992, p. 95).

A partir do Império em Roma, começa a ser delineado um cenário diferente. Há uma crescente intervenção do Estado nos assuntos educacionais. No século I a.C., César concede o direito de cidadania a todos os que exerciam a medicina e aos mestres de artes liberais; no século II d.C. Vespasiano isenta de impostos os professores de ensino médio e superior e institui o pagamento a alguns cursos de retórica. Posteriormente, torna-se exigência pagar os professores com pontualidade nas escolas particulares, bem como estipula-se o montante a ser pago. Entretanto, se comparada a outras profissões e remunerações é possível observar, que apesar de receber certo prestígio através da intervenção do Estado a profissão é considerada hierarquicamente inferior a outras, ao mesmo tempo em que há a ideia de status social dos mestres a depender a depender da sua posição nessa escala hierárquica. (cf. MANACORDA, 1992, p. 98-99)

2.2 A docência na Idade Média ocidental

Na antiguidade percebemos que a docência aparece representada por diferentes figuras, pais, sacerdotes, mestres, escravos e filósofos. A partir da Idade Média delinea-se uma nova configuração. Nesse período a figura do professor no processo educacional era valorizada e a educação esteve diretamente subordinada a influência religiosa. Os professores eram geralmente membros do clero ou religiosos, como monges, padres ou bispos, e eram escolhidos dentro do próprio clero e o ensino era visto como um dom dado por Deus.

O período que corresponde à Alta Idade Média, é marcado pelo dualismo entre Estado/Igreja, e o poder imperial sobre as escolas fica enfraquecido e a estrutura administrativa

fica em parte nas mãos dos romanos através da igreja. Nesse período ocorre a institucionalização da educação para as camadas populares, a fim de que todos venham a ser se não cultos, pelo menos aculturados. Há também uma divisão por parte da própria igreja, através do clero secular, que conservou o ensino da cultura clássica e do clero regular, que a rejeitou, isso incide diretamente no exercício da profissão. O clero regular passa a considerar indigno ensinar ou aprender conteúdos que não se relacionassem as escrituras sagradas, a não ser que esses conteúdos ajudassem a entender com mais profundidade os escritos divinos. Os professores eram na maioria das vezes também sacerdotes, conforme assinala Aranha (2006):

não encontramos propriamente pedagogos, no sentido estrito da palavra. Aqueles que refletiam sobre as questões pedagógicas o faziam movidos por outros interesses, considerados mais importantes, como a interpretação dos textos sagrados, a preservação dos princípios religiosos, o combate a heresia e a conversão dos infiéis. (ARANHA, 2006, p.117)

O ensino esteve frequentemente ligado a instituições religiosas, já que a atividade pedagógica era necessária, à medida que precisavam instruir novos irmãos e embora a criação de escolas não fosse a finalidade dos mosteiros. Elas funcionavam em mosteiros, catedrais ou universidades. Essa educação era fortemente influenciada pelas filosofias Patrística e Escolástica. Os professores transmitiam conhecimento em várias áreas, como teologia, filosofia, retórica, matemática e música. E haviam exigências quanto à nomeação para instruir. Quanto a isso, eram escolhidos irmãos que tinham uma vida exemplar, deviam ser servos dedicados que faziam votos de fidelidade e levavam uma vida altamente religiosa, cumprindo-a rigorosamente.

A herança cultural greco-latina foi resguardada nos mosteiros e os monges eram os únicos letrados, e substituíram os funcionários leigos do Estado. Dessa forma compreendemos a influência que a Igreja exerceu na educação e na fundamentação de princípios morais, políticos e jurídicos da sociedade medieval. Especificamente durante o império carolíngio o Estado passa a exercer maior influência e a igreja aparece subordinada, mas permanece como sendo a principal fonte de instrução. Há uma revalorização da cultura clássica, surgem diversas escolas públicas e o poder político passa a cuidar da preparação profissional dos sacerdotes.

Na Baixa Idade Média, com a decadência do Império carolíngio a Igreja retoma a sua influência e passa a ter controle político sobre as escolas, um dos objetivos do imperador Carlos Magno era a reforma do sistema de ensino. O desenvolvimento do comércio fez com que as exigências educacionais atendessem aos objetivos da vida prática e surgem as escolas seculares nos municípios, contestando os ensinamentos religiosos. Dessa forma nessas escolas são contratados

professores leigos nomeados pela autoridade municipal.

O mestre permanece com status elevado, devido a sua importância como sendo um representante de Deus. Os sacerdotes que tinham licença para ensinar e eram chamados de *magischola*, eram subordinados a Igreja e não podiam cobrar pelos ensinamentos, eram considerados vocacionados, atribuindo assim o sentido de que o ato de ensinar é um dom dado por Deus, também não eram liberados para ensinar conteúdos não relacionados a religião cristã. Isto torna-se ainda mais evidente nos Concílios Lateranenses, convocados por Alexandre III em 1179, e pelo papa Inocêncio III em 1215, que tratam abertamente da proibição de cobrar pelo ensino. Entretanto, vale ressaltar que apesar das proibições eles vendiam a *licentia docendi*. (cf. MANACORDA, 1992, p. 143)

É na Idade Média também que surgem os mestres livres, sendo clérigos ou leigos, munidos da *licentia docendi*, ensinavam fora das escolas episcopais. Os primeiros mestres livres não mais representam os homens da igreja, mas sim homens intelectuais, agora eles incentivam novas formas de interpretação do mundo e novos conteúdos. De acordo com Manacorda (1992, p. 145), os mestres livres satisfaziam as exigências das novas classes sociais e a Itália parece ter sido o centro do desenvolvimento dessa profissão. Outro fato a ser acrescentado ao aparecimento dos mestres livres é a criação das universidades, em campos bem distintos, artes liberais, medicina, jurisprudência e teologia. Dessa forma é possível afirmar que as universidades são a herança cultural mais significativa desse período.

2.3 A docência na Modernidade, o professor para além da instrução

A partir da Modernidade ocorrem mudanças expressivas no cenário educacional. Esse período trouxe uma mudança na abordagem da educação, com foco crescente na alfabetização, no acesso ao conhecimento clássico e no desenvolvimento de currículos mais amplos. Os primeiros professores de escolas públicas eram os não primogênitos de famílias de pequenos camponeses, (que podem ter tido algum tipo de formação em seminários religiosos; estes, poderiam escolher a docência como uma opção viável, especialmente se não estivessem destinados a herdar a propriedade e ou responsabilidades da família agrícola) ou filhos das camadas sociais mais baixas que descobrem, através da escola, um novo mundo e uma vocação pessoal. Isso implica que, para alguns alunos de origem menos privilegiadas, a escola serviu como um meio de acesso a novas oportunidades e perspectivas, incluindo a possibilidade de se tornarem professores. Assim, em diversos contextos a escolha da docência está relacionada a

circunstâncias socioeconômicas e pessoais, bem como a descoberta de vocações e oportunidades em ambientes educacionais.

Os professores exercem um papel de influência importante, não apenas como transmissores de informações, mas também modeladores do pensamento e valores dos estudantes. A educação passa por um processo de estatização e as transformações sociais, religiosas e intelectuais desse período tiveram um impacto duradouro na forma como a educação é concebida até os dias atuais. Quanto a isso, Ghiraldelli Júnior (2015), assinala o papel da escola e do professor nesse novo cenário:

a escola, na modernidade, não nasce propriamente para ensinar, no sentido de instruir, mas antes de tudo para ser um local no qual a infância possa ocorrer. Os intelectuais da época dizem que a infância não pode acontecer nos lares, nas mãos de pais e outras figuras que “apenas paparicam as crianças” ou as tratam “como coisas”, mas ela só acontece se as crianças estão nas mãos de especialistas – os educadores, os homens de letras, enfim, os professores. O professor, então, deve ser o guardião da infância e da juventude. (GHIRALDELLI, 2015, p. 19)

Na perspectiva da modernidade, a imagem do professor transcende o mero papel de instrutor. A ação docente passa a ser mais complexa nesse período, momento em que se associa Instrução e Formação/Moralização, cabe ao professor não só transmitir conhecimentos, mas forjar comportamentos, disseminar valores, condutas desejadas pela sociedade em seu processo civilizador. O professor emerge como um guardião atencioso da infância e da juventude, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento emocional, intelectual e moral das crianças.

Na busca por um ambiente propício ao florescimento infantil, os intelectuais da época enfatizavam que a infância não poderia ser plenamente vivida dentro dos limites familiares, onde pais muitas vezes cediam a excessos ou negligências. Em contraste, o professor era considerado um especialista capaz de nutrir e moldar as mentes jovens, proporcionando um espaço seguro para a exploração, questionamento e aprendizado. Sua presença no cenário educacional moderno simbolizava a responsabilidade de nutrir não apenas o conhecimento, mas também os valores e a identidade das futuras gerações.

2.4 A Feminização do magistério e o desprestígio social da profissão

A posição social dos professores variava amplamente e a docência passa por um processo de semiprofissionalização, tendo em vista que enquanto outras profissões passavam

por formação continuada, a formação dos professores permanecia engessada. Os professores universitários eram altamente respeitados e ocupavam lugar de destaque na sociedade intelectual; no entanto, professores de escolas primárias muitas vezes tinham um status social mais modesto. Durães (2011) ao discorrer sobre o tema aponta que, no século XIX há um alto grau de feminização do trabalho docente; a mulher passa a ser reconhecida como portadora da condição materna e, por isso, necessária as crianças, o que possibilitou o surgimento da figura da “*mestra materna*” nas escolas primárias.

A expansão do capitalismo é considerada também, como um forte motivo para a feminização do magistério. A expansão dos postos de trabalho diretamente relacionados com a produção industrial favoreceu a saída de muitos homens e a entrada de mulheres na escola primária. Esses postos de trabalho além de serem considerados como mais apropriados para o sexo masculino, ofereciam salários melhores do que os pagos no magistério primário. O magistério passa então, a constituir uma das mais importantes alternativas de trabalho para mulheres de prestígio e os homens da classe trabalhadora passam a ser substituídos por mulheres dos estratos sociais intermediários.

Posteriormente, à medida em que essas mulheres são incorporadas a outras profissões, o espaço da docência é preenchido por mulheres da classe trabalhadora, conforme atesta Enguita (2004):

À medida que a incorporação das mulheres ao trabalho assalariado avança e vai atingindo todos os grupos profissionais, é de se supor que a docência passe a ocupar entre elas o mesmo lugar que ocupa entre os homens: um lugar de segunda categoria, inferior a carreiras profissionais de maior prestígio, mais bem-remuneradas ou, simplesmente, com maiores e melhores oportunidades de promoção para as mais ambiciosas. Assim, as mulheres de classe média vão deixando de escolher a docência, enquanto agora as das classes trabalhadoras incorporam-se a ela, mudando de novo a composição de classe, mas sem interromper o avanço da feminização do setor. (ENGUITA, 2004, p. 111)

Neste cenário, percebe-se que apesar de a docência aparecer como uma opção de inserção no mercado de trabalho para as mulheres, a mesma apreço como uma espécie de carreira de segunda categoria em relação à outras profissões mais prestigiadas e bem remuneradas. Outro fator a ser considerado é a distinta condição de homens e mulheres na sociedade, conforme destaca Hahner (2011, p. 467): “Os homens usufruíam de mais opções econômicas do que as que eram oferecidas às mulheres na mesma classe social.” Isso pode ser um indicador de que, apesar da maior representação feminina na docência, ela ainda pode ser subvalorizada em termos de status e remuneração, tendo em vista que a composição social da profissão também é modificada, sendo evitada por mulheres de classes mais altas e ocupadas

por mulheres da classe trabalhadora. A interpretação desse contexto, levanta questões sobre desigualdade de gênero, prestígio social e valorização das carreiras femininas, ressaltando a complexidade das dinâmicas sociais e profissionais.

Talvez essas mudanças na composição social tenham algo a ver com a chamada crise vocacional da docência. Embora os professores sempre afirmem ter escolhido sua profissão por vocação, esta não passa de uma resposta politicamente correta para a plateia. O certo é que dois elementos tradicionais da vocação desapareceram: um, o desvio da condição de religioso devido a secularização da sociedade, pois não se pode ignorar que a docência sempre foi, para muita gente, uma fórmula intermediária entre os hábitos que abandonaram, ou em que pensaram, mas não chegaram a vestir e os ofícios laicos; outro, a descoberta de um mundo novo e atrativo por meio da escola com a consequência de querer permanecer nele e fazê-lo chegar aos demais, uma experiência que depende da classe social de origem, pois a escola pode revelar mundos aos filhos dos operários ou dos camponeses, mas não, evidentemente, aos das classes médias cultas, de cuja cultura é mais uma imitação. (ENGUITA, 2004, p. 111-112)

Essa citação lança luz sobre a complexa interação entre a composição social dos professores e a noção de "crise vocacional da docência". A afirmação da escolha da profissão por vocação muitas vezes mascara nuances mais profundas. À medida que a sociedade se seculariza, a tradicional associação da docência com a condição religiosa diminui, levando a uma redefinição do papel do professor. Além disso, aponta para a mudança nas motivações dos professores, uma vez que a antiga atração por um mundo novo e excitante, representado pela escola, agora está mais ligada à classe social de origem. Enquanto a escola ainda pode abrir horizontes para filhos de operários ou camponeses, as classes médias cultas, com sua cultura já estabelecida, podem encontrar na docência uma imitação daquilo que já conhecem. Portanto, revelando que a crise vocacional da docência é moldada por uma interseção complexa de fatores sociais, culturais e econômicos, que influenciam as motivações e percepções dos indivíduos em relação à profissão docente.

Ao questionar a genuinidade da vocação como motivo de escolha profissional, busca-se sobretudo ressaltar a influência de fatores sociais e culturais na formação dos professores. A secularização da sociedade e a diminuição da associação entre docência e religião são mencionadas como elementos que alteraram a percepção da profissão. Além disso, a relação entre classe social de origem e motivação para se tornar professor é destacada, sugerindo que o desejo de permanecer em um mundo conhecido ou imitar a cultura já estabelecida pode influenciar a escolha da profissão. Essa reflexão nos leva a considerar que a crise vocacional da docência é resultado de uma interseção complexa de fatores, que vão além de uma simples

inclinação pessoal, e demandam uma análise mais abrangente das condições sociais, culturais e econômicas envolvidas.

Em resumo vemos que a figura do educador emerge no seio familiar, e posteriormente evolui como profissão, passando por diversas transformações ao longo do tempo. Os mestres da antiguidade desempenharam um papel de extrema importância na transmissão de conhecimento e na formação das gerações futuras. Suas habilidades e saberes moldaram o pensamento, a cultura e o desenvolvimento das sociedades antigas e reverberam até os dias atuais. Com a expansão da educação e o surgimento das universidades na Modernidade, a profissão docente ganhou status, mas muitas vezes era ligada a restrições institucionais. As transformações da profissão docente nesse período, desempenharam um papel crucial na construção das bases educacionais e sociais que moldaram o mundo contemporâneo.

3 SOBRE A DOCÊNCIA NO BRASIL: DAS REFORMAS POMBALINAS ÀS REFORMAS CONTEMPORÂNEAS

No caso do Brasil, a história da profissão docente inicia-se com os colonizadores no século XVI, e essa experiência estava estreitamente ligado à esfera religiosa da Igreja Católica. Nesse período, os jesuítas mantiveram o monopólio do ensino escolar e desempenharam um papel fundamental no ensino elementar, com o objetivo de formação de outros padres e instrução da classe aristocrática. Os professores eram formados pela Companhia de Jesus, que promoveu a catequese dos índios e a educação dos filhos dos colonos. A vocação religiosa e o caráter altruísta associado ao ato de professar delineavam a abordagem dos mestre-escola da época.

A profissão de mestre-escola predominava, e era frequentemente subvalorizada no cenário social. Nóvoa (1987) realiza uma análise sociológica de Portugal nesse período, retratando os mestres como um grupo diversificado que encarava o ensino como uma ocupação secundária. Essa leitura, nos oferece um panorama da percepção que a profissão pode ter, ao ser vista em diferentes contextos, considerando a herança portuguesa do tempo da colonização brasileira. Entre esses indivíduos estavam artesãos, que assumiam a responsabilidade de ensinar crianças a ler e escrever.

Os mestres particulares também desempenhavam um papel, oferecendo aulas nas residências de famílias nobres e, muitas vezes, recebendo refeições em troca. Além disso, havia aqueles que recorriam ao ensino como alternativa a atividades fisicamente desgastantes, cobrando pouco por suas aulas. Entre os educadores da época, havia também homens com vínculos religiosos, como membros de congregações religiosas ou assistentes das paróquias. A docência constituía uma ocupação secundária de religiosos ou leigos das mais diversas origens.

3.1 As primeiras reformas educacionais no Brasil

No período que abarca os séculos XVI e XVIII, os jesuítas mantiveram o monopólio da educação e a docência não se desenvolveu de forma especializada, mas subsidiária, que já supracitada constituía uma ocupação secundária de religiosos ou leigos. Os professores responsáveis pelas aulas eram ligados a Companhia de Jesus, e atuavam nas escolas elementares oficiais, nas missões e também como professores particulares contratados pelos colonos ou pela burguesia.

Posteriormente, com as reformas pombalinas ocorreram mudanças no modelo educacional e as escolas passam por uma transição; ocorre a estatização do ensino, e os mestres-escola passam a ser substituídos por mestres-régios, que são pagos pelo Tesouro público e consequentemente cobrados pela sociedade.

Nesta relação de forças, um preceito legal vai ser decisivo: estamos a pensar na disposição da Reforma de 1772 que obriga todos os mestres, públicos e privados, a possuírem uma habilitação legal para o ensino, a qual é concedida após um exame público. Esta licença, que vai funcionar como um suporte legal para o exercício da atividade, é a arma mais importante que os mestres vão utilizar para confirmarem a sua condição de especialistas e de profissionais do ensino. (NÓVOA, 1987, p. 420)

Observa-se um marco significativo na valorização e regulamentação da profissão docente. A Reforma de 1772, substitui o controle da igreja pela tutela do estado e introduz um preceito legal exigindo que todos os mestres, independentemente de serem públicos ou privados, obtenham uma habilitação legal para lecionar. A obtenção dessa licença, concedida após um exame público, desempenhava um papel fundamental. Essa medida não apenas estabelecia um suporte legal para a prática educacional, mas também elevava o status dos mestres, sendo professores laicos, consolidando-os como especialistas e profissionais do ensino. A exigência dessa habilitação serviu como uma ferramenta essencial para que os mestres afirmassem sua competência e autoridade na área educacional, contribuindo para o reconhecimento e valorização da profissão docente na sociedade da época.

Entretanto, apesar do reconhecimento da profissão, as reformas pombalinas constituem um paradoxo entre a passagem de profissionais submetidos ao controle da igreja, para profissionais subordinados pelo Estado. Em um cenário onde a escola assume o papel de respaldo ideológico para uma estrutura econômica centrada na propriedade privada dos meios de produção e na economia de mercado, a autonomia dos professores se torna uma aspiração ilusória. Sob essa visão, a ideia é que a influência da ideologia econômica dominante pode potencialmente minar a liberdade dos educadores, relegando-os a um papel de reprodutores das ideias e valores prevalecentes, mesmo que muitos professores não estejam conscientes dessa influência.

Os professores são funcionários, mas de um tipo particular, pois a sua acção está impregnada de uma forte intencionalidade política, devido aos projectos e às dificuldades sociais de que são portadores. No momento em que a escola se impõe como instrumento privilegiado da estratificação social, os professores passam a ocupar um lugar-charneira nos percursos de ascensão social, personificando as esperanças de mobilidade de diversas camadas da

população: agentes culturais, os professores são também, inevitavelmente, agentes públicos (NÓVOA, 1999, p. 17).

No âmago desse sistema, os mestres desempenhavam um papel crucial como transmissores do conhecimento. Contudo, não havia um currículo específico, de modo que considerasse um corpo de saberes socialmente aceito e a formação de professores era negligenciada, o que afetava a qualidade da educação oferecida. O professor só precisava saber ler, escrever, contar e poderia exercer a profissão. Os docentes tinham um papel claramente definido, financiados pelo Estado e eram submetidos a uma regulamentação estatal abrangente, abarcando desde os conteúdos ministrados até os métodos e critérios de avaliação.

No mesmo viés há ainda, uma dicotomia na recompensa financeira dos professores de ensino secundário e a elevação social e a estima concedidas aos professores do ensino primário. Os professores de ensino secundário recebiam remunerações substancialmente superior à dos professores de ensino primário; por outro lado, eram concedidas regalias sociais aos professores de ensino primário; privilégios de nobreza, que raramente era oferecidas aos de ensino secundário. Este cenário deixa claro que, para além da subordinação ao Estado, as reformas também colocam os professores sob à influência da sociedade e dos notáveis locais.

Para além disso, há arquivos pombalinos que revelam a pressão que as comunidades locais exerciam sobre os professores durante um certo período. Através da análise desses documentos, é possível identificar três principais áreas em que essa vigilância ocorria: presença na escola, comportamento moral e habilidade de ensinar. Os professores, diante da escolha entre serem controlados de perto pelas comunidades locais ou dependerem de um governo central distante, optavam por construir sua autonomia ao se submeterem às autoridades estatais.

Nóvoa (1989, p. 42), enfatiza que antes da intervenção do Estado na educação, os professores não estavam organizados como uma profissão. A institucionalização deles como funcionários públicos do Estado se tornou um requisito essencial para alcançar independência profissional. Isso implica que o estatuto de funcionário público concedeu aos professores autoridade e legitimidade para atuar no campo educacional, conferindo-lhes a capacidade de moldar a educação como parte de um domínio social específico.

No que pese a formação desses profissionais, durante o século XVIII no Brasil, as escolas normais enfrentaram um cenário desfavorável, com pouca valorização e duração efêmera. Elas surgiam, porém sua existência muitas vezes se limitava a alguns poucos anos antes de serem encerradas. Um exemplo emblemático é a primeira escola desse tipo, que permaneceu em funcionamento apenas por quatro anos, tendo formado um modesto grupo de 14 alunos, dos quais 12 chegaram a exercer a profissão docente. Além da fragilidade na

estrutura curricular, a atratividade da carreira de professor era minada pela baixa remuneração oferecida, resultando em uma imagem de profissão pouco prestigiosa e com pouca adesão por parte dos interessados. Diante desse contexto, as Escolas Normais frequentemente encerravam suas atividades devido à falta de público e demanda.

3.2 A feminização do magistério no Brasil

Nos anos finais do Império, um cenário de mudança começou a se delinear nas escolas, à medida que vai se configurando a feminização do magistério, cujas características são assim esboçadas por Hahner (2011, p. 477): “No entanto, a ênfase ficou na maternidade, a qual eles ligaram ao progresso e ao patriotismo. Eles salientaram o poder da mulher para orientar o desenvolvimento moral de seus filhos e a formação de bons cidadãos para a Nação.” Esta citação revela um cenário de mudanças, no entanto, isto não significa igualdade de oportunidades, mas sim uma redefinição do papel da mulher como educadora, focando principalmente na maternidade. Hahner (2011) cita ainda o jurista José Liberato Barroso, que argumentava, que a educação da infância era crucial para o Brasil alcançar a sua grandeza e cumprir o seu destino.

Nesse contexto, a educação das mulheres, vistas como mães e formadoras de famílias tornou-se central para essa missão. Isto revela que a sociedade da época atribuía papel estratégico às mulheres na formação de futuras gerações e na construção da nação. Ainda que essa perspectiva limitasse o papel da mulher predominantemente ao espaço doméstico e a maternidade, a ideia de que a educação infantil deveria ser incumbida às mulheres ganhou destaque, uma vez que essa função era vista como uma extensão de seu papel de mãe e da atividade educativa que elas já exerciam no ambiente doméstico. Essa perspectiva começou a ser defendida por pensadores como Pestalozzi (1746-1827) e Fröbel (1782-1852), preparando o terreno para um envolvimento mais amplo das mulheres na educação e moldando a evolução da educação no Brasil no século seguinte.

De um lado, o magistério era a única profissão que conciliava as funções domésticas da mulher, tradicionalmente cultivadas, os preconceitos que bloqueavam a sua profissionalização, com o movimento em favor de sua ilustração, já iniciado nos anos 70. De outra parte, o magistério feminino apresentava-se como solução para o problema de mão-de-obra para a escola primária, pouco procurada pelo elemento masculino em vista da reduzida remuneração. (TANURI, 2000, p.66)

Hahner (2011) aponta também que, entre as ideias reformistas que surgiam no final da década de 1860, estava a “debatidíssima questão,” da coeducação, entretanto é apenas no fim da década de 1870 que a coeducação ganhou força, defendida sobretudo a partir da perspectiva econômica. A diferença entre homens e mulheres (de certa instrução e status) que sabiam ler e escrever estava ficando menor, mais mulheres eram contratadas por salários menores, aproveitando o aumento do número de mulheres alfabetizadas. A coeducação contribuiu também para o aumento da feminização da instrução primária no Brasil, pois se podia confiar as mulheres a regência das aulas mistas e não apenas em escolas para meninas.

3.3 A funcionarização da profissão e os desafios educacionais da formação docente

Do final do século XVIII até o início do século XX, os professores passam por um processo de funcionarização progressiva, onde o Estado assegurava um mísero salário aos professores, submetendo a profissão a um conjunto de normas e regras de recrutamento e seleção, reconhece aos professores o estatuto de especialistas do ensino, opondo-se aos mestres clandestinos; isenta os professores de uma série de impostos e de obrigações públicas e concede a estes a reforma ao fim de um certo número de anos de exercício profissional. Por outro lado, professores enquanto funcionários públicos não se opunham ao Estado, e contribuía para a “consolidação de um Estado que faz da escola um dos seus principais instrumentos de manutenção e de reprodução.” (NÓVOA, 1999, p. 440)

Nesse sentido, Giroux (1997, p. 157) aponta que, os professores são alvos de reformas educacionais que “os reduzem ao status de técnicos de alto nível cumprindo ditames e objetivos decididos por especialistas um tanto afastados da realidade cotidiana da vida em sala de aula.” Enguita (2004) aborda essa questão destacando que, as nações são vistas pelos nacionalistas como produto do poder político, elas não nascem, se fazem, e aponta o papel da Escola nesse cenário:

E o principal instrumento desse processo é a escola, que serve para estender a massa da população o que sem ela não seria nada mais do que a cultura da elite, ou de uma elite (que, por sua vez, pode ser constituída por uma classe social, mas também por uma casta guerreira, uma aristocracia proprietária de terras ou uma burocracia política ou religiosa). (ENGUITA, 2004, p.47)

Nessa perspectiva, o autor destaca a importância da escola como instrumento de democratização cultural. As escolas democratizam o acesso à cultura e ao conhecimento, que

de outra forma seriam monopolizados pela elite. Nesse sentido, é importante criticar a visão de que a cultura da elite é o único ponto de partida possível, pois essa perspectiva desconsidera a diversidade cultural e as diferentes formas de conhecimento presentes na sociedade, reforçando uma hierarquia cultural que perpetua desigualdades. A escola deve ser um espaço inclusivo, que valorize e promova diferentes culturas, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Por um longo período, a realidade educacional no Brasil foi caracterizada por avanços modestos e recuos constantes, permanecendo praticamente inalterada. Foi somente com a chegada da Revolução Industrial que o papel da escola começou a sofrer uma ampliação notável, ganhando destaque especialmente por sua função de regulação social. Esse fenômeno tornou-se mais evidente no contexto da instrução básica, que desempenhou um papel essencial na formação da mão de obra operária destinada às fábricas, um setor fundamental para o processo de urbanização das cidades. Nesse novo cenário, a escola emergiu como um instrumento crucial na preparação da força de trabalho e na adequação dos indivíduos às necessidades da crescente indústria, marcando um ponto de virada na evolução do sistema educacional brasileiro.

Durante a República, a docência continuou a passar por inúmeros desafios, considerando o período pós-guerra e os anos de ditadura militar no Brasil. Nesse cenário, a teoria do capital humano ganha força e a escola é vista como meio de ascensão social, como a forma de acompanhar o desenvolvimento de países mais avançados. E há a exigência de professores qualificados nos âmbitos científicos, tecnológicos e pedagógicos. “[...] a tese de que a ajuda internacional para a educação procura desenvolver estratégias diferentes, conforme o contexto político e econômico das sociedades em que pretende atuar ou onde já atua.” (ROMANELLI, 2003, p. 200). Uma estratégia que compartimenta a realidade dos países subdesenvolvidos e trata os problemas sociais como problemas técnicos.

Se fornecida na forma de capital, o investimento retorna ao país de origem; se dada em forma de bolsas de estudo, promove a “evasão de cérebros” para esses países. Quando toma a forma de divulgação de metodologias de pesquisa mais atualizadas, tende a diminuir a preocupação com a problemática do contexto da sociedade assistida e aumentar a introdução de técnicas de ensino modernizantes. (HILSDORF, 2011, p.124)

Hilsdorf, levanta uma crítica perspicaz em relação à Estratégia de Ajuda Internacional para o Desenvolvimento da Educação, apontando para as nuances e preocupações subjacentes a esse tipo de assistência. Ao mencionar a possibilidade de que essa estratégia favoreça os países doadores ao criar ou expandir mercados, ela destaca a natureza muitas vezes complexa e

ambígua das relações de ajuda. A análise dos diferentes formatos de ajuda, desde investimentos de capital até bolsas de estudo, revela os impactos variados que essas ações podem ter nos países assistidos, incluindo o risco de evasão de talentos e a introdução de metodologias que talvez não considerem as especificidades do contexto local. Quando o investimento se dá na forma sob a perspectiva dessa abordagem, tende a diminuir a preocupação com os problemas da sociedade e aumentar a introdução de modernas técnicas de ensino. A autora enfatiza esse aspecto, afirmando:

Quanto aos conteúdos a serem trabalhados, é sintomática a supervalorização das áreas tecnológicas, manifestada na predominância de treinamento específico sobre a formação geral e na gradativa perda de status das humanidades e das ciências sociais. (HILSDORF, 2011, p. 124)

Há uma ênfase excessiva nos conteúdos relacionados com a tecnologia na educação. A crítica à supervalorização das áreas tecnológicas em detrimento das humanidades e ciências sociais aponta para uma questão crucial: encontrar um equilíbrio entre modernização educacional e uma abordagem que respeite a cultura e a diversidade das sociedades assistidas.

A partir da década de 70 do século XX, o quadro da profissão começa a alavancar, salários e outros benefícios melhoram significativamente, somados às condições de trabalho, férias, horários, aposentadoria e promoções. A retórica de democratização dessa década foi paulatinamente sendo substituída pela retórica da profissionalização, reconhecimento e dignificação, transformando os professores de trabalhadores do ensino à profissionais do ensino. A retórica em torno da profissionalização e valorização docente pode ser interpretada como uma forma sutil de expressar o desejo de escapar de qualquer controle externo, especialmente o controle público.

Nosso país esboçou a tentativa de reorganizar a formação de professores, mas encontrou dificuldades na criação de Institutos Superiores, bem como décadas de uma política de não valorização salarial do magistério. Ao discorrer sobre o tema, Ghiraldelli Junior (2015), aponta que, no final do século XX, as licenciaturas ainda se encontram cristalizadas como na Ditadura Militar; os salários dos professores mais jovens eram mais baixos que os salários de professores do Chile, Argentina, Uruguai, Jordânia, Filipinas, Malásia e Tailândia e que os professores com baixos salários, desestimulados estavam alheios ao mundo digital.

Em suma, a docência no Brasil, assim como em outras civilizações tem sua origem marcada como uma profissão organizacional. Inicialmente é marcada pela submissão à Igreja e subordinação ao Estado e enfrenta diversos desafios relacionados à formação e as condições de trabalho. Em relação à administração, muitos professores anseiam por maior autonomia: alguns

almejam a liberdade de experimentar, inovar ou adaptar métodos às situações específicas, enquanto outros buscam a possibilidade de agir de acordo com suas próprias abordagens. No entanto, não são todos que desejam essa autonomia, pois ela traz consigo também maior responsabilidade, incerteza e risco de cometer erros.

Esse desafio é evidenciado na trivialidade de muitos projetos educacionais e na clara oficialização de diversos currículos. Essa dualidade revela que o desejo de autonomia, embora presente, é ponderado pela necessidade de enfrentar as consequências e o peso das decisões individuais no contexto educacional. Ao falar sobre a importância do professor no centro das reformas educacionais Giroux, aponta sobre a necessidade de posicionamento do profissional para a criação de um currículo que seja mais relevante para o contexto;

Desta maneira, eles devem se manifestar contra as injustiças econômicas, políticas e sociais dentro e fora das escolas. Ao mesmo tempo, eles devem trabalhar para criar as condições que deem aos estudantes a oportunidade de tornarem-se cidadãos que tenham o conhecimento e coragem para lutar a fim de que o desespero não seja convincente e a esperança seja viável. Apesar de parecer uma tarefa difícil para os educadores, esta é uma luta que vale a pena travar. (GIROUX, 1997, p. 163)

Nesse sentido o autor enfatiza que professores devem ser vistos como intelectuais, que têm um papel político e ideológico ao moldar discurso e valores em sala de aula. As abordagens tecnocráticas no ensino reduzem a autonomia dos professores na criação de currículos e métodos de ensino. Pacotes curriculares padronizados limitam o papel dos professores à execução de conteúdos predefinidos. Isso se baseia em pedagogias de gerenciamento, onde a administração é priorizada e a criatividade dos professores é restringida. Isso contradiz a ideia de que professores devem criar currículos relevantes para seus contextos culturais. A abordagem ignora a diversidade dos alunos e estreita as opções curriculares, resultando em métodos inflexíveis e inadequados para diferentes estudantes. Isso não considera as diferentes experiências e culturas dos alunos, indo contra a teoria administrativa pedagógica.

4 STATUS DA PROFISSÃO NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE SENTIDOS DE *PRESTÍGIO* E *DESPRESTÍGIO*

Ao percorrer a trajetória da profissão docente, é possível observar que ela passou por importantes transformações em sua composição, suas estratégias coletivas e sua ideia de si mesma. Antes da expansão da escola de massas, a profissão desde a sua gênese é quase sempre composta por servos e sacerdotes, que trabalhavam para as ordens religiosas ou para as famílias mais abastadas. A partir dessa nova configuração, e com as reformas educacionais, o magistério passa a ser visto como uma profissão de certo status, onde sobressai o sentimento de *vocação* (ENGUITA, 1991). Posteriormente a escola e o magistério passam a ser vistos como instrumentos de progresso e modernização, levando a profissão à um processo de *semiprofissionalização* (ENGUITA, 2004) que culmina na perda da *identidade profissional* (VEIGA, 2008) e desvalorização ou *desprofissionalização* (LIBÂNEO, 2000). A profissão é submetida a diversas reformas e as mesmas questionam a capacidade dos professores como *intelectuais transformadores* (GIROUX, 1997), capazes de liderar intelectual e moralmente os alunos, ignorando seu papel na formação de cidadãos ativos e críticos.

4.1 O prestígio inicial da profissão

Para iniciarmos este debate, faz-se necessário enfatizar que, a história da docência revela que a princípio, a educação e o reconhecimento inicial são suficientes para conferir um status respeitável a profissão, sem necessidade de comprovar mais méritos pessoalmente ou passar por um processo de revalidação, é vista como uma garantia de um certo grau de estima, é uma profissão que permite perspectivas mais amplas e oportunidades para o indivíduo. Considerando a perspectiva da docência como uma vocação vinculada a escolas, templos de saber e evangelização, Enguita (1991) destaca:

O próprio termo profissão alude ao aspecto religioso da questão, invocando as ideias de fé e chamado. Em numerosas línguas, vocação, chamado e profissão se unem numa mesma palavra ou são intercambiáveis. O profissional não se exercita de forma venal, mas como serviço aos seus semelhantes; esta é a justificação teórica da proibição da concorrência entre os membros da profissão. É por isso que o seu trabalho não pode ser pago, porque não tem preço, o seu o exercício é “liberal” e a sua remuneração assume a forma de “taxas” (reconhecidamente elevadas!). A profissão é caracterizada pela sua vocação de serviço à humanidade. (ENGUITA, 1991, p.43)

Percebemos que há uma conexão profunda entre a ideia de profissão e um aspecto

religioso, ressaltando a importância da fé e do chamado na prática profissional. Ele enfatiza que, em várias línguas, os termos "vocação", "chamado" e "profissão" são usados de maneira intercambiável, sugerindo que ser um profissional vai além de buscar lucro, sendo visto como um serviço dedicado aos outros seres humanos. Baseia-se na crença de que o trabalho profissional não pode ser precificado, mas sim remunerado através de taxas substanciais, enfatizando seu valor intrínseco. Em última análise, a profissão é percebida como uma vocação de serviço à humanidade, destacando seu compromisso com o bem-estar da sociedade. O professor, automaticamente, ganha um status elevado na comunidade, sendo considerado mais culto e moderno. Sua profissão é um trampolim para o futuro e uma janela para o mundo.

Esse aspecto tem sua configuração própria na realidade brasileira, conforme destaca Ghiraldelli:

A profissão de professor no Brasil – e não professor universitário – foi, no passado, até o começo da década de 1970, senão uma atividade rendosa, certamente um trabalho que conferia um prestígio significativo na comunidade. Isto, em parte, permaneceu na mentalidade popular. As pessoas mais pobres respeitavam aqueles que se fazem notar por serem professores. Todavia com a erosão salarial da carreira do magistério e com o surgimento no cenário social do professor universitário, o prestígio do professor do ensino básico sofreu um grande abalo. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2015 p. 275)

As transformações dessa profissão no Brasil, reflete um dilema complexo. Isso porque, embora seja verdade que durante certo tempo a profissão de professor gozou de um prestígio considerável, é importante reconhecer que isso muitas vezes não se traduzia em remuneração adequada ou boas condições de trabalho. A erosão salarial ao longo das décadas prejudicou significativamente a qualidade de vida dos professores, afetando sua motivação e a capacidade de atrair e reter talentos na área da educação. Além disso, a comparação entre professores do ensino básico e universitário não deve ser usada para diminuir o valor de qualquer uma dessas profissões, já que ambas desempenham papéis essenciais na formação da sociedade.

A desvalorização da carreira do magistério é um problema crônico no Brasil e em muitos outros países. A erosão salarial ao longo do tempo é apenas um dos aspectos desse problema. Professores muitas vezes enfrentam uma carga de trabalho excessiva, turmas superlotadas e falta de recursos para desempenhar seu papel de maneira satisfatória. Isso resulta em altos níveis de estresse e insatisfação profissional, o que, por sua vez, pode afetar negativamente a qualidade do ensino. Para resolver essas questões, é fundamental investir na valorização dos professores por meio de salários justos, melhorias nas condições de trabalho, oportunidades de desenvolvimento profissional e reconhecimento social. A educação é o pilar de qualquer sociedade, e a valorização dos educadores é crucial para garantir um sistema educacional de

alta qualidade e preparar as gerações futuras para os desafios do mundo moderno.

4.2 Profissionalização docente

Ao abordar o tema da profissionalização docente, Enguita (1991) aponta que, há uma mudança significativa na percepção dos termos relacionados à educação e aos professores ao longo do tempo. Atualmente, palavras como "docente", "educador", "mestre" ou "professor" são imediatamente associadas a trabalhadores assalariados na mente das pessoas. No entanto, esse não era sempre o caso. Até algumas décadas atrás na Espanha, muitos professores do ensino primário eram mais parecidos com empreendedores autônomos que estabeleciam suas próprias escolas nas áreas rurais, embora contassem com o apoio dos governos locais, incluindo instalações apropriadas e subsídios para alunos com recursos limitados.

Nas escolas privadas unitárias, o mestre desempenhava simultaneamente o papel de empresário e trabalhador, muitas vezes com a ajuda de seu cônjuge ou assistentes. Isso os caracterizava como pequenos burgueses. Essa tradição ainda é evidente em terminologias como "mestre proprietário" ou "cargo em propriedade". Essas reminiscências do passado, tanto simbólicas quanto materiais, persistiram até recentemente, como no caso das aulas particulares ministradas pelos próprios mestres a alguns de seus alunos. Isso destaca a mudança na compreensão da profissão docente ao longo do tempo.

A compreensão dessa mudança na profissão docente ao longo do tempo é complexa, relacionando-a ao prestígio que lhe é associado. Percebemos que, os mestres em escolas privadas unitárias desempenhavam papéis duais como empresários e trabalhadores, refletindo uma conexão entre educação e empreendedorismo que influenciou a percepção da profissão docente. Além disso, o fato de serem vistos como pequenos burgueses sugere que a docência se constituiu em via de ascensão social, contribuindo para seu prestígio.

A persistência de terminologias relacionadas à propriedade e às aulas particulares ministradas pelos próprios mestres acentua a importância da flexibilidade e dedicação exigidas na profissão, influenciando positivamente a visão pública dos professores ao longo do tempo. Essas mudanças históricas na compreensão da profissão docente demonstram como o prestígio associado a ela também evoluiu, refletindo diferentes valores e perspectivas ao longo dos anos. Nesse sentido, “o prestígio social ocorre pelo sentimento ou percepção social da importância e necessidade da profissão e do papel do profissional para o bem-estar e evolução do indivíduo e da sociedade.” (SANTOS, 2015, p.350)

Entretanto, a massificação do ensino, impulsionada pela crescente urbanização e a

consequente demanda por mão de obra qualificada, resultou em mudanças profundas no sistema educacional, conduzindo à expansão da escola pública e a um aumento substancial no número de estudantes. Para atender a essa demanda em rápida expansão, foi necessário contratar um grande contingente de professores em um curto espaço de tempo, o que, por vezes, superou a disponibilidade de profissionais qualificados no mercado. Esse desafio de garantir uma educação de qualidade em meio à massificação do ensino tornou-se uma questão crítica no Brasil. Os avanços e o ritmo acelerado das transformações sociais impõem não apenas que cada geração se adapte a um mundo distinto da anterior, mas também exige que indivíduos passem por diversos contextos em constante transformação.

O magistério precisa agora se readaptar a um novo modelo na sociedade, novas condições de vida e de trabalho e isso tem consequências significativas para a educação, rompendo com a antiga sequência de educação seguida por um período de vida ativa, a profissão precisa lidar com a *semiprofissionalização*. Esses profissionais possuem uma formação acadêmica mais curta em comparação com as tradicionais profissões liberais, como médicos e advogados, e “são submetidos a autoridade de burocráticas, sejam públicas ou privadas, recebem salários que podem caracterizar-se como baixos e perderam praticamente toda capacidade de determinar os fins de seu trabalho. (ENGUITA, 1997, p. 50).”

Há uma mudança na percepção da imagem do professor o que resulta em uma perda de identidade profissional, que se constrói com base no significado social da profissão. Quanto a isso, Veiga (2008) aponta que, “a construção da identidade profissional se constrói com base no significado dos movimentos reivindicatórios dos docentes e no sentido que o profissional confere ao seu trabalho, definindo o que quer, o que não quer e o que pode como professor. (p. 17) Essa identidade, é uma das condições para a profissionalização e está diretamente ligada ao contexto sociopolítico.

No que pese ao significado dessa profissionalização para Enguita, Ávilla e Soneville (2008, p. 27-28), afirmam: “Para Enguita, o termo profissionalização não é sinônimo de qualificação ou conhecimento, mas a “expressão de uma posição social e ocupacional, da inserção em um tipo determinado de relações sociais de produção e de processo de trabalho.” Dessa forma, torna-se necessário reconhecer a importância da aprendizagem ao longo da vida, relacionada ao contexto social, em que a formação contínua assume um papel central.

Os professores precisam garantir que os alunos desenvolvam a habilidade de aprender a aprender, pois a formação inicial perde relevância em comparação com a capacidade de adquirir conhecimentos úteis e aplicáveis ao trabalho e à vida social, refletindo uma nova dinâmica em que a educação permanente se torna fundamental. Nesse sentido, Enguita afirma:

A formação inicial perde um peso relativo em contraste com a formação permanente e, enquanto nesta reside, em proporção cada vez maior, a aprendizagem dos conhecimentos úteis e aplicáveis no trabalho e na vida social, aquela corresponde, em contrapartida, a formação e o desenvolvimento das capacidades gerais para poder aproveitar, posteriormente, as possibilidades desta. E sua responsabilidade, portanto, assegurar a cada aluno a oportunidade de *aprender a aprender*. (ENGUITA, 2004, p. 20)

Nesse sentido há aspectos cruciais relacionados ao prestígio e ao desprestígio da profissão docente nos tempos atuais. A mudança de ênfase da formação inicial para a formação permanente, destaca a necessidade constante de atualização e aprendizado contínuo por parte dos professores, o que pode aumentar o respeito pela profissão, uma vez que demonstra um compromisso com a excelência educacional. A valorização da aplicação prática do conhecimento na vida social e no trabalho também pode elevar o status dos professores, pois reconhece sua contribuição tangível para a sociedade.

Além disso, a responsabilidade de cultivar a capacidade dos alunos de "aprender a aprender" destaca o papel fundamental dos professores no desenvolvimento das habilidades essenciais para o sucesso dos estudantes em um mundo em constante mudança. No entanto, o desafio reside em garantir que essas mudanças na ênfase se traduzam em reconhecimento e valorização adequados da profissão docente, o que pode variar significativamente em diferentes contextos educacionais e sociais.

Assim, o professor se vê em um emaranhado de situações que divergem entre si, se de um lado há a formação que continua estagnada, por outro há a necessidade de mudança para acompanhar o desenvolvimento da sociedade. É um momento de conflitos, onde emerge a necessidade de acompanhar as tendências caracterizadas pela globalização e reestruturação organizacional da educação. Nesse cenário, observa-se uma perda de referência com relação as funções necessárias da profissão e nesse interim, podemos questionar, qual é o lugar da docência em meio a essas transformações? Quanto a isso, destaca Enguita (2004):

Essa perda de referência com relação as funções necessárias é também uma perda de status do professor. Enquanto sua formação é hoje praticamente a mesma que há um século (uma formação de curta duração, embora convertida em universitária para os professores de ensino fundamental e uma licenciatura para os professores de ensino médio), o nível geral do público elevou-se de forma espetacular. (ENGUITA, 2004, p. 21)

A dinâmica entre a formação dos professores e a evolução do nível educacional da sociedade revela um desafio significativo no campo da educação. Enquanto a formação docente parece ter estagnado ao longo do tempo, com programas relativamente curtos que não acompanharam as mudanças no cenário educacional, o público em geral experimentou um

aumento espetacular em seus níveis educacionais. Esse descompasso cria uma desconexão entre as expectativas crescentes da sociedade em relação à educação e o preparo que os professores receberam para atender a essas demandas. Como resultado, a perda de referência em relação às funções educacionais essenciais não apenas compromete o papel dos professores, mas também reduz seu status de prestígio na sociedade, destacando a necessidade de reavaliar e atualizar continuamente a formação docente para alinhar-se às demandas da educação. Com relação a isso Santos (2015) afirma que:

O desprestígio ocorre quando as autoridades governamentais e judiciárias descansam e deixa a profissão por conta apenas do prestígio social, o que não é suficiente para a manutenção e desenvolvimento da profissão, pois, sem investimentos econômicos, científicos, tecnológicos, e leis que a defendam, ela entra em decadência. Como está acontecendo no Brasil com a profissão de professor. Podemos perceber isso, na baixa procura sistemática por esta área nos cursos universitários. (SANTOS, 2015, p. 353)

Investimentos econômicos, científicos e legislativos são fundamentais para a manutenção e desenvolvimento da profissão. É inegável que a falta desses recursos pode impactar negativamente a qualidade da educação e desencorajar potenciais candidatos a se tornarem professores. No entanto, o desprestígio da profissão também está ligado à percepção social e às condições de trabalho precárias. É fundamental abordar ambos os aspectos para reverter a tendência de baixa procura por cursos de formação de professores. Isso requer não apenas um aumento nos investimentos governamentais, mas também uma campanha de valorização da profissão, destacando o papel crucial que os educadores desempenham na sociedade e buscando melhorias nas condições de trabalho e na segurança profissional dos professores.

A legislação desempenha um papel fundamental na proteção dos direitos e no reconhecimento dos professores como profissionais. Leis que garantem condições de trabalho justas, como carga horária adequada, benefícios e segurança no emprego, são essenciais para atrair e reter talentos na área educacional. Entretanto, a percepção social da profissão docente é igualmente importante. Professores desempenham um papel central na formação de cidadãos e no desenvolvimento de futuras gerações, mas essa contribuição muitas vezes não é devidamente valorizada. A mudança na compreensão do sentido da docência, envolve reconhecimento público desse papel vital que os educadores desempenham.

Assim, para enfrentar o problema da baixa procura por cursos de formação de professores, é necessária uma abordagem abrangente que combine investimentos governamentais em educação, legislação adequada para proteger os direitos dos professores e

uma campanha de conscientização que ressalte o valor da profissão. Somente quando esses aspectos forem tratados de forma integrada, será possível revitalizar o prestígio da profissão docente e atrair indivíduos talentosos e comprometidos para essa carreira fundamental.

4.3 Reformas e autonomia docente

As reformas educacionais que marcaram as últimas décadas do século XX tiveram um impacto significativo na organização do trabalho educativo, adotando uma abordagem influenciada pelo modelo empresarial. Isso resultou na submissão dos professores, que geralmente eram reconhecidos socialmente por sua competência, a pressões e novos mecanismos de controle impostos por esferas técnico-burocráticas. Essa mudança transformou profundamente o ambiente educacional, à medida que se buscava uma gestão mais eficiente e medidas de avaliação mais rígidas. No entanto, também gerou debates sobre a possível perda da autonomia do professor e a necessidade de encontrar um equilíbrio entre a eficiência administrativa e o respeito pela expertise pedagógica dos educadores, bem como está diretamente ligada ao desprestígio da profissão docente. Nesse sentido Giroux (1997) assinala que:

[...] muitas das recomendações que surgiram no atual debate ignoram o papel que os professores desempenham na preparação dos aprendizes para serem cidadãos ativos e críticos, ou então sugerem reformas que ignoram a inteligência, julgamento e experiência que os professores poderiam oferecer em tal debate. Quando os professores de fato entram no debate é para serem objeto de reformas educacionais que os reduzem ao status de técnicos de alto nível cumprindo ditames e objetivos decididos por especialistas um tanto afastados da realidade cotidiana da vida em sala de aula. (GIROUX, 1997, p.157)

A questão das regulamentações que afetam os docentes abrange não apenas “o que ensinar”, mas frequentemente também “como ensinar”. É inegável a necessidade de diretrizes para manter a qualidade e coerência no sistema educacional, mas é importante reconhecer que essas regulamentações podem limitar a flexibilidade dos métodos de ensino. É exatamente nesse sentido que podemos associar o desprestígio da profissão a desvalorização e desabilitação do trabalho docente pelo fato de os professores não serem vistos como intelectuais transformadores (cf. GIROUX, 1997). A visão de professores como intelectuais ressalta que toda atividade envolve pensamento, enfatizando a ligação entre pensamento e prática. Isso os diferencia de meros operadores e destaca seu compromisso em cultivar o pensamento crítico

dos alunos, tornando-os profissionais reflexivos dedicados aos valores intelectuais.

Ver os professores como intelectuais é uma crítica às ideologias técnicas da educação, onde planejamento e execução são separados. Professores devem ter um papel ativo em questionar o que e como ensinam, moldando a educação. Isso não é possível sem influência sobre as condições de trabalho. Esta perspectiva política e normativa é relevante para a formação de cidadãos críticos. Enxergar professores como intelectuais ajuda a reformar tradições que limitam seu potencial e os conecta a princípios democráticos. Isso contextualiza seu papel social e relações com a sociedade.

As instituições educacionais podem impor diversos aspectos, desde a organização das turmas, jornada de trabalho até procedimentos de avaliação e critérios disciplinares. Isso pode resultar na perda, ainda que parcial, do controle dos professores sobre seu processo de trabalho. Enguita (1991) afirma que, esta perda de autonomia, pode ser considerada também, como um processo de desqualificação do posto de trabalho, ou nos termos de Libâneo (2000), a uma *desprofissionalização*.

A desprofissionalização afeta diretamente o status social da profissão em decorrência dos baixos salários, precária formação teórico-prática, falta de carreira docente, deficientes condições de trabalho. Com o descrédito da profissão, as consequências são inevitáveis: abandono da sala de aula em busca de outro trabalho, redução da procura dos cursos de licenciatura, escolha de cursos de licenciatura ou pedagogia como última opção (em muitos casos, são alunos que obtiveram classificação mais baixa no vestibular), falta de motivação dos alunos matriculados para continuar o curso. (LIBÂNEO, 2000, p.43)

Nesse cenário, é relevante a análise proposta por Enguita (1991), ao situar o problema semiformação de professores, quando afirma que:

[...] a categoria dos docentes move-se mais ou menos em um lugar intermediário e contraditório entre os dois polos da organização do trabalho e da posição do trabalhador, isto é, no lugar das semiprofissões. Os docentes estão submetidos a autoridade de organizações burocráticas, sejam públicas ou privadas, recebem salários que podem caracterizar-se como baixos e perderam praticamente toda capacidade de determinar os fins de seu trabalho. (ENGUITA, 1991, p. 55)

Os autores abordam a importante problemática sobre a posição ambígua dos docentes na sociedade contemporânea. Ao ocuparem um lugar intermediário entre trabalhadores e profissionais, enfrentando desafios singulares. A submissão à autoridade de instituições burocráticas e a perda da capacidade de determinar os objetivos do seu trabalho podem minar a sua autonomia e motivação. Além disso, os salários muitas vezes baixos ressaltam a falta de reconhecimento e recompensa adequados para aqueles que desempenham um papel

fundamental no processo de formação educacional. Há, portanto, a necessidade de repensar a valorização da docência para promoção de um sistema educacional mais eficiente e equitativo

A preocupação com a perda de autonomia no ambiente de trabalho e a crescente carga de tarefas dos docentes é inegavelmente relevante, e não se pode subestimar o impacto das questões relacionadas ao salário e à progressão de carreira na perspectiva profissional dos professores. O reconhecimento financeiro justo e oportunidades claras de avanço na carreira são elementos cruciais para motivar e manter os educadores empenhados em seu trabalho. A falta de remuneração adequada e perspectivas de desenvolvimento pode desencorajar tanto os professores existentes quanto a chegada de novos, tornando o recrutamento e a retenção de talentos no ensino um desafio constante. Portanto, abordar essas questões de maneira abrangente é essencial para garantir um sistema educacional de alta qualidade e atrair os melhores profissionais para a área.

No que se refere à remuneração, Gatti e Barretto (2009, p. 248) ao comparar os salários dos professores da educação básica com salários de outras profissões com carga horária equivalente, apontam que, “mesmo considerando o número de horas-trabalho semanal, a média salarial dos professores da educação básica fica muito a dever em relação às outras profissões.” Desta forma, professores acabam optando por se submeter a uma jornada exaustiva de trabalho, para compensar a área financeira. A esse respeito, Assunção e Oliveira (2009) assinalam que:

[...] o processo de intensificação do trabalho vivido pelos docentes das escolas públicas brasileiras na atualidade pode, além de comprometer a saúde desses trabalhadores, pôr em risco a qualidade da educação e os fins últimos da escola, na medida em que tais profissionais se encontram em constante situação de ter de eleger o que consideram central e o que pode ficar em segundo plano diante de um contexto de sobrecarga [...] (ASSUNÇÃO E OLIVEIRA, 2009, p.367)

Trata-se de um problema real no sistema educacional brasileiro: a intensificação do trabalho dos docentes. É inegável que a sobrecarga de tarefas, a falta de recursos adequados e a pressão constante para equilibrar múltiplas demandas podem comprometer a saúde física e mental dos professores. Além disso, essa situação de constante escolha entre o que é central e o que fica em segundo plano é um dilema prejudicial tanto para os professores quanto para a qualidade da educação.

No entanto, é importante notar que essa intensificação do trabalho não é um problema isolado, mas sim um reflexo de questões sistêmicas mais amplas, como financiamento insuficiente para a educação, falta de infraestrutura adequada e políticas educacionais instáveis. Para abordar esse problema de maneira eficaz, é necessário não apenas aliviar a carga de

trabalho dos docentes, mas também abordar as questões estruturais subjacentes que contribuem para essa situação. Faz-se necessário, portanto, uma mudança de perspectiva no âmbito das reformas, no que tange a implementação de políticas que abranjam mudanças nos currículos, gestão educacional e em especial a profissionalização dos professores.

5 CONSIDERAÇÕES

A história da educação aponta que com o advento da profissão nas civilizações, a educação pôde ser organizada de maneira estruturada e sistemática, inicialmente em templos e posteriormente em escolas. Assim, pode-se dizer que o surgimento da profissão docente foi um marco na evolução nas sociedades. À medida que as civilizações se transformavam, a necessidade de transmitir conhecimentos, habilidades e valores tornou-se mais evidente. Ao longo do tempo, diferentes figuras representam a docência, como pais, sacerdotes, mestres, escravos e filósofos na antiguidade, e professores membros do clero ou religiosos na Idade Média.

A profissão em si tem sofrido modificações ao longo das dos tempos e tem se adequado ao seu contexto histórico, porém, independente das modificações ou adaptações, sua importância e relevância social é reconhecida como fundamental nas relações de ensino-aprendizagem, processos civilizatórios e a inserção dos indivíduos na sociedade e mercado de trabalho. Entretanto, por mais que esse papel seja definido e consolidado, a valorização e o reconhecimento social estão muito distantes do ideal.

Quanto a isso, os sentidos atribuídos à essa profissão, evidenciam a sua relevância no processo de formação humana. Entretanto, ao mesmo tempo em que a educação e a profissão docente são consideradas importantes para o desenvolvimento do homem, o docente sofre com a desvalorização e o desprestígio social da sua profissão, muitas vezes sendo responsabilizado pelo sucesso ou fracasso escolar e social. Compreender a gênese dessa problemática, em seus desdobramentos ao longo da história, nos fornece base para compreender o contexto atual.

Desde os primórdios, considerando a antiguidade greco-romana, temos referências de que a depender do contexto na qual a docência está inserida, são atribuídos sentidos de prestígio e desprestígio a profissão. Isso porque a profissão docente é intrinsecamente influenciada pelo contexto social e, como resultado experimenta períodos de *prestígio* e *desprestígio*. Em algumas épocas e sociedades, os educadores são celebrados como agentes de transformação social, encarregados de moldar o futuro das nações; em outros momentos, a profissão pode ser menosprezada, com desafios como baixos salários, condições de trabalho difíceis e uma carga de responsabilidades que nem sempre é reconhecida.

A partir dessa perspectiva a gênese da docência aponta um caminho para compreendermos inicialmente esses sentidos. Um fator determinante para a percepção atribuída a profissão são as desigualdades sociais. Apesar de a docência aparecer na figura de homens cultos, as narrativas mitológicas nos dão indícios de que a docência também é representada por

prisioneiros e estrangeiros que veem na educação uma possibilidade para recomeçar. A figura do pedagogo neste contexto reflete a desigualdade social e desvalorização da profissão, a mesma destinava-se à homens que haviam descido na escala social.

O desrespeito à profissão fica evidente quando há episódios de sadismo pedagógico, esse modo de disciplina pode fazer com que professores sejam vistos como tiranos. E se por um lado podemos destacar uma percepção de repulsa por parte dos alunos surrados, por outro podemos destacar a vergonha dos mestres-escravos que apanhavam de seus alunos e não tinham liberdade, nem autonomia para questionar tais atitudes. Esse costume que se perpetua ao longo do tempo acompanha os professores, até determinado momento da história, talvez possamos dizer que essa repulsa a autoridade do professor é transferida historicamente, do mestre livre para o escravo nas civilizações greco-romanas, do escravo para os monges na era medieval e posteriormente do monge para o professor a partir da modernidade.

Paradoxalmente, podemos destacar o sentimento de vocação herdado pela profissão que reverbera até os dias atuais. A profissão é percebida como uma vocação de serviço à humanidade, destacando seu compromisso com o bem-estar da sociedade; uma profissão que não pode ser paga, pois seu serviço não tem preço, e isso faz com que o professor ganhe um status elevado na sociedade, sendo considerado mais culto e moderno. Essa profissão tem como missão abrir uma janela para o futuro, e contribuir diretamente para o desenvolvimento econômico e social das civilizações.

No que tange ao prestígio relacionado a composição social da profissão, temos inicialmente uma profissão composta por homens, em muitos casos leigos que foram contratados em caráter aligeirado devido ao crescente comércio para atender a demanda. Essa característica é ainda mais acentuada a partir do processo de industrialização. Entretanto, com uma nova composição social, esses profissionais encontram outras oportunidades de ascensão social e optam por migrar para as fábricas, contribuindo diretamente para a feminização do magistério. Neste cenário, apesar de a docência aparecer como uma opção de inserção no mercado de trabalho para as mulheres, a mesma apreze como uma espécie de carreira de segunda categoria em relação à outras profissões mais prestigiadas e bem remuneradas.

Além disso, não é atribuído a mulher a imagem de profissional da educação por si só, mas as oportunidades educacionais estão diretamente relacionadas ao seu papel materno. A função era vista como uma extensão de seu papel de mãe e da atividade educativa que elas já exerciam no ambiente doméstico. Esse fator também levanta questões sobre igualdade de gênero na remuneração e no reconhecimento da profissão, bem como desafios relacionados ao equilíbrio entre trabalho e vida pessoal para as docentes. Podemos dizer também que essa

característica também se perpetua historicamente, tendo em vista que na atualidade a profissão é composta majoritariamente por mulheres.

Com a expansão da educação e o surgimento das universidades, a profissão docente ganhou status, mas muitas vezes era ligada a restrições institucionais. As transformações da profissão docente nesse período, desempenharam um papel crucial na construção das bases educacionais e sociais que moldaram o mundo contemporâneo. No que diz respeito a contratação de professores sem as devidas habilitações podemos destacar a massificação do ensino como um fator determinante. Esse fenômeno gerou diversas mudanças no âmbito educativo, com a expansão da escola pública, o consequente aumento do número de estudantes e concomitantemente exigiu a contratação de profissionais da educação para suprir a demanda de alunos.

Dessa forma, ao passo que a expansão da escola pública pode ser considerada um avanço, a contratação imediata de profissionais aparece nesse contexto como um problema, tendo em vista que muitos professores são contratados sem formação profissional. Esse quadro de desprofissionalização tende a afetar diretamente o status social da profissão. Importa considerar também o aumento significativo da jornada de trabalho, o rebaixamento dos salários e o modelo tecnicista, que contribuiu para um processo que ainda não foi superado, a desvalorização do professor e o desprestígio social da profissão. Esse problema assumiu tamanha proporção que na atualidade, mesmo com tantos avanços ainda há profissionais sem formação acadêmica necessária para o exercício da profissão.

Essas flutuações no prestígio da profissão docente frequentemente refletem as prioridades e os valores predominantes em uma determinada sociedade. Portanto, compreender e abordar essas variações é fundamental para garantir que a educação continue a ser uma pedra angular do progresso social e cultural. Com base nos estudos realizados, vemos em diferentes contextos como a identidade profissional do professor é fragilizada e esse cenário reflete-se negativamente na percepção que os professores têm acerca do seu próprio trabalho, bem como, influencia na percepção e escolha dos jovens quanto a possibilidade de se preparar para o exercício da docência.

No que diz tange ao significado das reformas educacionais estas desempenham um papel fundamental no processo de valorização da profissão. Medidas que estabelecem um suporte legal para a prática educacional, elevam também o status dos mestres, consolidando-os como especialistas e profissionais do ensino. A institucionalização deles como funcionários públicos do Estado se tornou um requisito essencial para alcançar independência profissional. Isso implica que o estatuto de funcionário público concedeu aos professores autoridade e

legitimidade para atuar no campo educacional, conferindo-lhes a capacidade de moldar a educação como parte de um domínio social específico.

Entretanto, essas mesmas reformas não colocam o profissional na centralidade, mas os professores são alvos de reformas educacionais que os reduzem ao status de técnicos de alto nível, meros cumpridores de ditames e objetivos decididos por especialistas, que forjam um currículo um tanto afastados da realidade cotidiana da vida em sala de aula. Essa ideologia pode potencialmente minar a liberdade dos educadores, relegando-os a um papel de reprodutores das ideias e valores prevalecentes, mesmo que muitos professores não estejam conscientes dessa influência.

Na compreensão da problemática aqui proposta a abordagem dos professores como "intelectuais transformadores" possibilita redefinir sua função, pelo reconhecimento de que o ensino é um trabalho intelectual, não apenas técnico. A abordagem ajuda a entender as condições necessárias para que os professores atuem como intelectuais e o papel deles na influência política e social através das pedagogias que usam. A visão de professores como intelectuais ressalta que toda atividade envolve pensamento, reconhecendo a ligação entre pensamento e prática. Isso interfere diretamente no status da profissão, pois os diferencia de meros operadores e destaca seu compromisso em cultivar o pensamento crítico dos alunos, tornando-os profissionais reflexivos dedicados aos valores intelectuais.

Escolas são espaços complexos ligados ao poder e controle, introduzindo visões de mundo específicas. Professores como intelectuais têm um papel político e ideológico de contribuir para consolidar discursos emancipadores, que expressem valores mais humanos em sala de aula. Para educar cidadãos críticos, os professores devem se tornar intelectuais transformadores, considerando a influência política e cultural das escolas. O intelectual transformador torna o ensino mais político e a política mais educativa. Ele vê as escolas como arenas políticas, ensinando a luta contra injustiças e incentivando os alunos a serem agentes de mudança; assume pedagogias emancipadoras que envolvem os alunos como agentes críticos, promovendo um mundo melhor. Isso requer dar voz ativa aos alunos e abordar problemas reais em suas vidas. Os intelectuais transformadores unem crítica e possibilidade, combatendo injustiças e capacitando os alunos a agir com conhecimento e coragem. É uma luta valiosa para criar cidadãos transformadores.

O fato de os professores não serem vistos como profissionais intelectuais no bojo das reformas contribui para a desvalorização da carreira do magistério e acarreta em outros problemas como a erosão salarial, carga de trabalho excessiva, turmas superlotadas, falta de recursos para desempenhar seu papel de maneira eficaz e insatisfação profissional, o que, por

sua vez, pode afetar negativamente a qualidade do ensino. Para resolver essas questões, é fundamental investir na valorização dos professores por meio de salários justos, melhorias nas condições de trabalho, oportunidades de desenvolvimento profissional e reconhecimento social.

Com efeito, é inegável que as condições de trabalho e a desvalorização social da profissão, prejudicam a construção da identidade dos profissionais e dos futuros professores, da mesma forma que tornam a profissão menos atrativa se comparada a outras com o mesmo nível de formação. A falta de reconhecimento social e valorização da profissão de professor tem um impacto direto na atratividade da carreira. Jovens talentosos muitas vezes escolhem outras profissões mais lucrativas e socialmente valorizadas, em detrimento da educação. Isso cria um ciclo vicioso, onde a falta de investimento na formação de novos educadores perpetua a escassez de professores qualificados.

No que pese aos sentidos de prestígio e o desprestígio da profissão docente, o estudo revela questões complexas e multifacetadas que são influenciadas por uma série de fatores, incluindo políticas educacionais, percepção pública e condições de trabalho dos professores. Da mesma forma, aponta uma série de aspectos associados à essa temática, tais como: a relação da Formação Contínua com a valorização da profissão. O destaque à formação permanente dos professores sugere que a sociedade reconhece a importância de educadores continuamente atualizados, sendo essa formação um fator que pode elevar o prestígio da profissão, pois mostra que os professores não são apenas responsáveis pelo ensino, mas também pela adaptação constante às mudanças na educação e na sociedade. No que tange a Relevância Prática, a ênfase na aprendizagem de conhecimentos úteis e aplicados no trabalho e na vida social, pode ser um fator capaz de melhorar o prestígio dos professores, pois demonstra que sua contribuição não se limita apenas ao ambiente escolar, mas também tem impacto na sociedade como um todo. Professores que conseguem conectar o aprendizado à vida cotidiana dos alunos tendem a ser mais valorizados.

Em resumo, o prestígio e o desprestígio da profissão docente estão interligados com o contexto social, a evolução das expectativas e demandas em relação aos educadores na sociedade. Valorizar a centralidade do professor no âmbito das reformas, a formação contínua, a aplicação prática do conhecimento são fatores que podem elevar o prestígio da profissão. É fundamental investir na valorização dos professores por meio do reconhecimento financeiro e social, melhorias nas condições de trabalho e oportunidades de desenvolvimento profissional. A educação é o pilar de qualquer sociedade, e a valorização dos educadores é crucial para garantir um sistema educacional de alta qualidade e preparar as gerações futuras para os desafios do mundo moderno.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Bernardette Siqueira. **História da filosofia**. São Paulo. Nova Cultural, 2014.
- ANDRADE, Celana Cardoso; HOLANDA, Adriano Furtado. Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. **Estudos de Psicologia** I Campinas I 27(2) I 259-268 I abril - junho 2010
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo. Moderna, 2006.
- ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação e Sociedade**. vol. 30, n. 107, pp. 349-372, maio/ago. 2009.
- BRANDÃO, Denise Freitas; PARDO, Maria Benedita Lima. O interesse de estudantes de pedagogia pela docência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 313-329, abr./jun. 2016.
- CALDAS, Iandra Fernandes. História da Profissão docente no Brasil: Debates e Representações. Escola em tempos de conexões. Volume 2. 10.46943/ **VII CONEDU**. 2021.02.087.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo. Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.
- COSTA, Marisa Vorraber (org.) **Caminhos Investigativos I: novos olhares na Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.
- D'ÁVILLA, Cristina Maria; SONNEVILLE, Jacques. Trilhas percorridas na formação de professores: da epistemologia da prática à fenomenologia existencial. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; D'ÁVILA Cristina Maria (org.). **Profissão docente: Novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas, SP: Papirus, 2008, p. 23-44. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- DURÃES, Sarah Jane Alves. Aprendendo a ser professor(a) no século XIX: algumas influências de Pestalozzi, Froebel e Herbart. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.3, p. 465 - 480, set./dez. 2011.
- ENGUITA, Mariano Fernández. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarianização. **Revista Teoria e Educação** – Dossiê: interpretando o trabalho docente, Porto Alegre, Pannonica, n. 4, p. 41-61, jan. 1991.
- ENGUITA, Mariano Fernández. **Educar em tempos incertos**. Tradução de Fátima Murad. - Porto Alegre: Artmed, 2004. Educação- Pedagogia crítica.
- FRANCISCO FILHO, Geraldo. **História Geral da educação**. 2. ed. Campinas, SP: Editora

Alínea, 2005.

GATTI, Bernadete Angelina. BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios** – Brasília: UNESCO, 2009.

GUIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira** 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**. Rumo a uma pedagogia crítica de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo; Atlas, 2008.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: A coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): 467-474, maio-agosto/2011.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MAIOLI, Edilene Eunice Cavalcante. **O (des)prestígio social na profissão docente: o ser professor/a nas séries iniciais**. Dissertação - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de educação, 2004.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação; da Antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano Lo Monaco; revisão da tradução Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella 3. ed. São Paulo; Cortez, 1992.

MARROU, Henri-Irénée. **História da educação na Antiguidade**. Tradução de Mario Leônidas Casanova 4. ed. São Paulo; E.P.U., 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**/ Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). Petrópolis -RJ; Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

NÓVOA, António. **Profissão Professor**. Porto Editora. 1999.

NÓVOA, António. **Do Mestre-Escola ao Professor do Ensino Primário**. Subsídios para a

história da Profissão docente em Portugal (séculos XV – XX) p. 413-440. 1987.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 28ª Edição. Petrópolis-RJ; Vozes, 2003.

SANTOS, Westerley A. Uma reflexão necessária sobre a profissão docente no Brasil, a partir dos cinco tipos de desvalorização do professor. **Sapere Aude** – Belo Horizonte, v.6 - n.11, p.349-358 – 1º sem. 2015.

SILVA, O.O.N. da; MIRANDA, T. G; BORDAS, M.A.G. Condições de trabalho docente no Brasil: ensaio sobre a desvalorização na educação básica. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 13, e68301. Novembro de 2019.

SOUTO, Romélia Mara Alves. Egressos da licenciatura em matemática abandonam o magistério: reflexões sobre profissão e condição docente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 1077-1092, out./dez., 2016.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**: n.14, p. 61-88, mai./jun./jul./ago., 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Docência como atividade profissional. In: VEIGA, Ilma Passos A.; D'ÁVILA, Cristina Maria (org.). **Profissão docente**: Novos sentidos, novas perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2008, p. 13-22 – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)